

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JOSÉ LEONARDO ANNUNZIATO RUIVO

**CONTRA O PURISMO EPISTÊMICO:
A INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA DE JEREMY FANTL E MATTHEW McGRATH**

Porto Alegre

2013

JOSÉ LEONARDO ANNUNZIATO RUIVO

**CONTRA O PURISMO EPISTÊMICO:
A INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA DE JEREMY FANTL E MATTHEW McGRATH**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Matos Müller

Porto Alegre

2013

JOSÉ LEONARDO ANNUNZIATO RUIVO

**CONTRA O PURISMO EPISTÊMICO:
A INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA DE JEREMY FANTL E MATTHEW McGRATH**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eros Moreira de Carvalho – UFRGS

Prof. Dr. Tiegue Vieira Rodrigues - PUCRS

Prof. Dr. Felipe de Matos Müller - PUCRS

DEDICATÓRIA

Ao meu orientador, Felipe Müller, pela oportunidade, confiança e paciência com meus erros e acertos.

Ao colega e amigo Tiegue Rodrigues, responsável por trazer para a PUCRS as discussões sobre Infiltração Pragmática.

Ao amigo Luís Rosa, pelo brilhantismo de seus comentários em nossas discussões.

Aos estimados colegas epistemólogos, Carlos Eduardo Magalhães, Diego Ferreira, Patrícia Ketzer e Ricardo Rangel, pelos momentos de amizade, trabalho e descontração compartilhados.

À Stephane Dias, pelo auxílio e disposição para deixar esse texto um pouco mais claro.

Aos meus pais, José Carlos e Maria Teresa, por toda dedicação, apoio e carinho incondicionais.

Ao meu irmão, Pablo, pela amizade que mesmo distante se faz presente.

À Júlia, minha companheira de todos os momentos, cujo amor e compreensão foram fundamentais nessa caminhada. (Tenha certeza de que sem você essa dissertação não teria sido possível!).

RESUMO

Recentemente alguns autores têm defendido uma tendência da epistemologia chamada Infiltração Pragmática. Tais autores se propõem a negar a tese do purismo epistêmico, a saber: dois sujeitos possuem idêntica força de sua posição epistêmica se estão na mesma posição de saber que p - cujo fator determinante para determinar a força da posição epistêmica são as dimensões relevantes para a verdade de p . Para negar tal tese os infiltradores irão assumir: (i) para conhecer p deve-se satisfazer uma condição pragmática ou para satisfazer uma condição pragmática deve-se conhecer p ; e, (ii) o conhecimento varia de acordo com fatores pragmáticos. Nessa dissertação pretende-se discutir os argumentos que Jeremy Fantl e Matthew McGrath apresentam em defesa da infiltração, avaliando seus limites e potencialidades.

Palavras-chave: Infiltração Pragmática, Invariantismo, Justificação

ABSTRACT

Recently some authors have defended a tendency in epistemology called Pragmatic Encroachment. Such authors propose to deny the thesis of epistemic purism: two subjects have the same epistemic strength if they are in the same position to know that p - where epistemic strength is determined by the relevant dimensions to truth of p . For that the encroachers will assume: (i) to know p some pragmatic condition must be satisfied or to satisfy a pragmatic condition one should know p ; and, (ii) knowledge varies with pragmatic factors. In this dissertation we will discuss the arguments of Jeremy Fantl and Matthew McGrath in defense of the pragmatic encroachment, evaluating their limits and potential.

Keywords: Pragmatic Encroachment, Invariantism, Justification

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Variantismo (contextualismo)..... | 28 |
| Tabela 2: Invariantismo Moderado..... | 28 |
| Tabela 3: Invariantismo Sensível ao Sujeito..... | 29 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1. MONTANDO O PROBLEMA | 12 |
| 1.1. Critério e Limites do Conhecimento..... | 12 |
| 1.2. Cérebros em Cubas..... | 14 |
| 1.3. Atribuição e Natureza do Conhecimento..... | 17 |
| 1.4. A Abordagem Contextualista..... | 18 |
| 1.5. Contexto e Saliência do Erro..... | 21 |
| 1.6. Questões Semânticas e Questões Epistêmicas..... | 23 |
| 2. A INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA | 31 |
| 2.1. Considerações Pragmáticas..... | 31 |
| 2.2. Consequências Pragmáticas de Conhecer..... | 37 |
| 2.3. Colocando o Conhecimento para Funcionar..... | 38 |
| 2.3.1. Garantia suficiente..... | 41 |
| 2.3.2. Razões teóricas e razões práticas..... | 44 |
| 2.4. Derivando KJ..... | 47 |
| 3. O DEBATE EM TORNO DA INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA | 50 |
| 3.1. Stewart Cohen..... | 50 |
| 3.2. Ram Neta..... | 54 |
| 3.3. Baron Reed..... | 57 |
| 3.4. Réplicas de Fantl e McGrath..... | 61 |
| 3.4.1. Contra Cohen..... | 61 |
| 3.4.2. Contra Neta..... | 64 |
| 3.4.3. Contra Reed..... | 65 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 68 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 70 |

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar seguramente que toda a tradição epistemológica tem como pedra de toque duas posições. A primeira é que a palavra ‘conhecimento’ expressa sempre o mesmo conteúdo, independente do contexto no qual foi enunciada. Essa posição tem o nome de *invariantismo*. Sentenças que expressam *atribuição de conhecimento* tem a seguinte forma canônica: “S sabe que p”. Aonde S é um sujeito qualquer e p uma proposição qualquer. Se o invariantismo está correto, então quando temos um caso legítimo de conhecimento, estamos autorizados a dizer “S sabe que p” e isso será verdadeiro quer tenha sido expresso na Grécia Antiga, quer tenha sido em uma mesa de bar.

A segunda posição, o *purismo*, diz que interesses nada tem a ver com a verdade da proposição na sentença S sabe que p. Desse modo, se “Leonardo sabe que fumar faz mal à saúde”, essa afirmação não mudará seu valor de verdade. Quer Leonardo goste ou não de fumar isso é independente da verdade da proposição “fumar faz mal à saúde”.

Boa parte da tradição epistemológica também é anti-cética ou *moderada*. Ou seja, defende que satisfeitas determinadas condições há casos legítimos que instanciam a sentença “S sabe que p”. Muito se debate sobre quais são as condições que instanciam “S sabe que p”, de que forma isso pode ser feito.

Mas o fato é que o invariantismo moderado tem sofrido ataques recentemente. Um desses ataques é por parte do chamado contextualismo epistêmico. Essa teoria defende que as sentenças que expressam atribuição de conhecimento tem seu valor de verdade dependente do contexto conversacional. Nesse sentido contextualistas podem ser considerados *variantistas*. Contextualistas são *variantistas* na medida em que defendem que em uma determinada situação podemos dizer verdadeiramente que S sabe que p e, em outra situação podemos dizer verdadeiramente, sobre a mesma pessoa, com respeito a mesma proposição, que S não sabe que p.

Alguns autores, inspirados pelas questões que o contextualismo trouxe para o debate epistemológico defenderam outra ideia: de que as sentenças de atribuição de conhecimento variam não de acordo com o contexto, mas *de acordo com os interesses práticos*. Nesse sentido, eles são *impuristas*. Mas, por outro lado, eles são *invariantistas* porque defendem que as condições de verdade (e, portanto o valor de verdade) das sentenças de atribuição de conhecimento não variam com o *contexto de uso* – embora variem com o *contexto de avaliação*.

Nesta dissertação pretendemos tratar dessa teoria, que é bastante recente no cenário epistemológico. Ela recebeu o rótulo de *Infiltração Pragmática*¹. Inicialmente defendida por Jeremy Fantl e Matthew McGrath no artigo *Evidence, Pragmatics, Justification* (2002), passou a contar com outros adeptos, como por exemplo Jonh Hawthorne e Jason Stanley². Embora possamos identificar nuances entre as abordagens, podemos dizer que todas possuem em comum a defesa das seguintes condições:

Infiltração Pragmática

- (1) Para conhecer p, deve-se satisfazer uma condição pragmática ou para satisfazer uma condição pragmática deve-se conhecer p³.
- (2) O conhecimento varia de acordo com fatores pragmáticos.

Nessa dissertação iremos explorar os limites dessa tese, focando na defesa realizada por Jeremy Fantl e Matthew McGrath. Contudo, cabe notar que a Infiltração Pragmática é uma teoria epistêmica complexa uma vez que combina diversas áreas da Filosofia. Podemos ler em um recente artigo, que a Infiltração Pragmática é “uma tese metafísica sobre propriedades e relações epistêmicas. Isto é (...) uma tese sobre fatos epistêmicos” (STRIPADA; STANLEY, 2012, p. 6)⁴. Ou então caracterizada como uma teoria que:

combina teses semânticas e metafísicas; endossa a tese semântica do invariantismo e, adicionalmente, abraça uma metafísica na qual o conhecimento depende de um largo escopo de fatores além daqueles tradicionalmente considerados. (BROWN; GERKEN, 2012, p.4)⁵

Uma vez que nosso objetivo é verificar a validade de tal teoria e seu lugar na epistemologia, buscamos esclarecer alguns pontos da discussão. Desse modo, no primeiro capítulo iremos apresentar quais questões motivaram o surgimento da Infiltração Pragmática.

¹ Do original, em inglês: pragmatic encroachment. O rótulo se deve a Kvanvig (2004). A sugestão de tradução é de Tieguê Rodrigues.

² Embora Hawthorne chame sua defesa de ‘invariantismo sensível moderado’ (sensitive moderate invariantism) e Stanley chame sua de ‘invariantismo relativo aos interesses’ (interest-relative invariantism), acreditamos (cf. FANTL; McGRATH 2011) que todas essas visões tem em comum as condições acima identificadas e que, portanto, podemos considerá-las, sem prejuízo de ‘invariantismo sensível ao sujeito’, rótulo devido a DeRose (2004).

³ Algumas condições pragmáticas que os infiltradores utilizam: “being rational to act as if p, being rational to ignore in action the chance that p is false), being appropriate to use p as a premise in practical reasoning, being such that no counterpossibilities of error are salient” (FANT; McGRATH, 2011, p. 561-562).

⁴ “is a metaphysical thesis about epistemic properties and relations. That is (...) is a thesis about epistemic facts”

⁵ “combines a semantic and metaphysical thesis; it endorses the semantic thesis of invariantism and, in addition, embraces a metaphysics according to which knowledge depends on a larger range of factors than is traditionally thought.”

Como veremos, é recorrente a afirmação, por parte dos infiltradores – e em particular, de Fantl e McGrath – de que a fonte de suas intuições é a teoria contextualista. Ou seja, faz-se necessário mostrar em que medida o contextualismo contribuiu para salientar a necessidade de incorporar interesses e riscos práticos na análise epistêmica.

O segundo capítulo pretende analisar como Fantl e McGrath argumentam em favor da infiltração pragmática no cenário epistemológico. Buscaremos reconstruir os argumentos dos autores no livro *Knowledge in an Uncertain World* (2009), particularmente aqueles que defendem a infiltração pragmática.

Dada da centralidade da obra, no terceiro capítulo dessa dissertação iremos remontar as objeções e respostas publicadas volume especial da revista *Philosophy and Phenomenological Research*. Tal volume reuniu Stewart Cohen, Ram Neta e Baron Reed para analisarem criticamente os argumentos dos autores empreendidos no referido livro. Encerraremos o capítulo com as respostas de Fantl e McGrath as objeções dos autores.

Não pretendemos aqui solucionar todos os problemas que a defesa da infiltração envolve. Ainda assim, nas considerações finais apontaremos alguns motivos pelos quais somos simpáticos a mesma. Sem mais demora, passemos ao texto.

1. MONTANDO O PROBLEMA

Uma vez que o objetivo geral dessa dissertação é determinar e avaliar a Infiltração Pragmática no quadro da epistemologia contemporânea, pretendemos realizar neste capítulo uma exposição que mostre o cenário no qual emerge tal teoria. Para isso, pensamos ser adequado iniciar a presente seção apresentando o problema que o ceticismo generalizado introduz para toda e qualquer teoria epistêmica. Após, observaremos como o contextualismo epistêmico se propõe a resolvê-lo. A estratégia contextualista é importante para nossa exposição porque ela introduz, de uma só vez, questões como: a importância (i) da atribuição de conhecimento, (ii) do contexto no qual a proposição foi enunciada e (iii) de que existem padrões diferentes quando avaliamos as condições de verdade de uma proposição.

Na segunda parte desse capítulo, introduziremos a classificação – inspirada por Peter Unger (2002) – de dois grupos semânticos distintos e opostos: variantismo e invariantismo. Isso se faz necessário porque, como veremos, há diferentes tipos de teorias invariantistas – cética, moderada e sensível ao sujeito. Uma vez que a Infiltração Pragmática de Fantl e McGrath corresponde ao terceiro tipo de invariantismo, apresentaremos alguns quadros comparativos que visam posicionar o lugar e a questão epistêmica que tal teoria se propõe.

1.1. Critério e Limites do Conhecimento

Para julgar [entre o verdadeiro e o falso] nas aparências das coisas, precisamos de um método de distinção; para validar esse método, precisamos de um argumento que o justifique; mas, para validar esse argumento, precisamos do próprio método em questão. E aí estamos, andando em círculos. (MONTAIGNE apud MOSER et al, 2004, p. 166)

A citação acima consiste na formulação do chamado *Problema do Critério*. Roderick Chisholm (1984, 2002), refletindo sobre ele, nos mostra como as diferentes abordagens em epistemologia são determinadas pela escolha de um ponto de partida: ou se começa pela pergunta “até que ponto conhecemos?”, ou o ponto de partida é “quais são os critérios para conhecer algo?”. Se a primeira pergunta diz respeito aos limites ou extensão do nosso conhecimento, a segunda diz respeito ao problema do critério propriamente dito – “qual é o instrumento adequado para se conhecer algo?”. Claramente, há uma circularidade aí afinal: se eu conheço algo, é porque tenho o instrumento adequado para adquirir esse estado. Mas,

como eu posso ter o instrumento adequado sem possuir pelo menos um caso legítimo de conhecimento? Colocando a questão desse modo, podemos ver no horizonte a motivação do ceticismo: ou não tenho como distinguir o que sei do que não sei, já que não tenho como especificar o que conheço; ou não tenho como especificar o que conheço, já que não tenho um critério legítimo para determinar casos de conhecimento. De qualquer modo, diz o ceticismo, o conhecimento não é possível.

A fim de negar essa ideia, Chisholm aponta outras duas estratégias: a *metodista* (que não deve ser confundida com a doutrina cristã inaugurada por John Wesley) e a *particularista*. Se ambas possuem em comum a ideia de que o conhecimento é possível, diferem quanto ao ponto de partida da investigação. A estratégia metodista parte de uma definição de conhecimento a fim de prover um critério suficiente de distinção entre casos legítimos e ilegítimos de conhecimento. Por outro lado, a estratégia particularista é motivada por situações ou casos de conhecimento considerados legítimos, para, a partir deles, indicar qual é o critério de conhecimento que utilizamos. A função dessa distinção, no entanto, seria meramente didática ou haveria alguma diferença substancial aí? E, em havendo alguma diferença substancial, qual seria?

Acreditamos que o problema do critério põe em evidência o fato de que qualquer teoria epistemológica necessita ponderar sobre o lugar das intuições comuns. Há diversos casos aonde atribuímos conhecimento cotidianamente. E, em boa parte desses casos, não levamos em conta considerações céticas. Quando somos interrogados por um estranho sobre como chegar a um determinado lugar, ou mesmo quando estamos perdidos e buscamos informações, parece normal supormos que a fonte nos dirá a informação correta. Contudo, as fontes nem sempre estão corretas. Talvez fosse mais interessante tratarmos a informação dada como *aquilo que o informante crê como sendo o caso* – e que o mais prudente é confirmar se de fato aquilo que foi dito é o caso ou não é. E, em um instante, nos encontramos enredados com considerações céticas. Esse tipo de situação ilustra em que medida intuições devem fazer parte de uma teoria epistemológica.

Se o problema do critério nos obriga a escolher um ponto de partida – ou casos, ou definições –, isso não deve ser uma via de mão única. Afinal, uma explicação que pretende negar lugar às atribuições comuns de conhecimento pode pecar por excesso de restrição⁶ – e, assim, aproximar-se do ceticismo. Por sua vez, uma explicação que dê espaço excessivo às

⁶ Como, por exemplo, na crítica de Fred Dretske a Keith Lehrer (DRETSKE, 2000).

atribuições comuns de conhecimento pode pecar por excesso de amplitude – e, desse modo, aproximar-se do relativismo.

Tais considerações têm lugar aqui porque introduzem a motivação central que a Infiltração Pragmática e o Contextualismo partilham: a tensão que pode haver entre as sofisticadas explicações em epistemologia e situações comuns de atribuição de conhecimento.

1.2. Cérebros em Cubas

Toda tentativa de explicar algo enfrenta dificuldades. Talvez a primeira delas seja o fato de que, mesmo quando acreditamos explicar algo adequadamente, algumas características parecem fugir do nosso alcance. É por esse motivo que o ceticismo sempre assombrou a reflexão sobre o conhecimento.

Embora possa parecer simples afirmar que o conhecimento é possível, a justificação dessa proposição nunca foi empreendimento simples ou fácil. Julgamos conhecer muitas coisas: que o planeta Terra não é plano, que o Sol vai se por, ou que dois mais dois são quatro. Você sabe que está lendo uma dissertação sobre Infiltração Pragmática, que vê páginas à sua frente e que 2012 foi um ano que passou. Todas essas são proposições que julgamos serem verdadeiras. Contudo, todas são verdadeiras condicionalmente a outras proposições, por exemplo: existe o planeta Terra, assim como outros e que eles se comportam de um modo determinado; a operação de somar dois itens com outros dois resulta em quatro, e assim por diante. Essas proposições parecem corretas e seguras – isto é, temos boas razões para crer que elas são verdadeiras. Mas o cético nos obriga a investigar se essas razões são realmente suficientes.

Um clássico exemplo é a hipótese do cérebro em uma cuba (BIV)⁷. Como dissemos acima, temos boas razões para crer que uma série de fatos ocorre a despeito daquilo que acreditamos ou pensamos: por exemplo, você possui razões muito boas para crer que possui um corpo e que existe um mundo exterior com realidade objetiva. Mas suponha que seu cérebro foi retirado de seu corpo e está mantido em uma cuba, estimulado por um computador a fim de lhe promover todas essas experiências que acredita ter. Talvez você tenha tido um corpo no passado, talvez não – você não tem como saber isso. Não tem como saber isso e

⁷ Doravante, utilizaremos (BIV) para denominar tal hipótese, formulada no primeiro capítulo do livro de Hillary Putnam, *Reason, Truth and History* (1981).

também não tem como refutar essa ideia; afinal, você partilha das mesmas experiências e evidências pela qual um corpo com cérebro teria.

E essa hipótese faz nosso raciocínio avançar sobre consequências indesejáveis. Afinal, se você não sabe se é um BIV, é porque partilha das mesmas evidências que um não-BIV teria. Então você não tem como saber se possui ou não possui mãos. Mesmo que quisesse refutar o cético, dizendo-lhe, enquanto segura uma folha, “eu estou segurando esse papel”, ou mesmo gesticulando silenciosamente⁸, ainda assim ele poderia retrucar: “você *acha* que está segurando esse papel ou *acha* que está gesticulando, quando, de fato, continua sendo um mero cérebro em uma cuba tendo experiências e sensações estimuladas por um computador”.

Uma das estratégias clássicas para lidar contra argumentos desse tipo é aquela formulada por Descartes na primeira das *Meditações sobre Filosofia Primeira* (1999). Ali, o filósofo recomenda que, quando confrontados com a hipótese cética de que pelo menos uma das minhas crenças é falsa – mas eu não sei qual –, a melhor estratégia seria suspender o juízo sobre todas as minhas crenças, para, então, reconsiderar uma a uma.

Mas, contemporaneamente, epistemólogos apontaram a insuficiência dessa estratégia. John Pollock e Joseph Cruz (1999) explicam que ela erra o alvo porque o ceticismo não disputa essa ou aquela crença, mas *o modo como formamos* nossas crenças. Na consideração dos autores, a estratégia mais promissora é a de considerar o argumento cético como partindo da ideia de que ele não prova sua conclusão. Em outras palavras: se o cético parte de premissas plausíveis para uma conclusão implausível, é razoável avaliar se a plausibilidade (de pelo menos uma das premissas) implica ou não na verdade da mesma. Ainda que isso não reduza a força do argumento cético, pelo menos aponta um caminho para a refutação do mesmo, ou seja: “o problema epistemológico, então, torna-se decidir qual premissa é falsa e por qual motivo”⁹ (POLLOCK; CRUZ, 1999, p. 9).

Consideremos, então a forma do argumento tal como aparece na literatura especializada¹⁰ – onde a variável ‘S’ está para um sujeito qualquer, ‘p’ está para uma proposição qualquer, como ‘tenho mãos’, e BIV, para a proposição ‘sou um cérebro em uma cuba’:

Argumento Pró-BIV:

(1) Se S sabe que p, então S sabe que ~BIV.

⁸ Do mesmo modo que Diógenes o cínico, aplicou contra o paradoxo do movimento de Zenão de Eleia: contra a ideia de que o movimento é impossível, silenciosamente levantou-se e caminhou. (HUGGETT, 2010).

⁹ No original: “the epistemological problem then becomes that of deciding which premise is false, and why.”.

¹⁰ Ver, entre outros, Cohen (1999), Brueckner (2010).

(2) S não sabe que \sim BIV.

Portanto, (3) S não sabe que p.

Trata-se de um argumento válido. A segunda premissa consiste na hipótese cética propriamente dita. Já a primeira premissa tem como suporte o *Princípio do Fechamento*:

Princípio do fechamento: se S sabe que p, e S sabe que p implica q, e S crê que q com base nessa implicação, então S sabe que q.

Embora seja um princípio bastante discutido¹¹, não iremos disputar a sua validade. Aplicado ao argumento Pró-BIV e considerando a argumentação cética enquanto uma redução ao absurdo, temos:

Argumento Pró-BIV'

(1') S sabe que p.

(2') Se S sabe que p, e saber que p implica em saber que \sim BIV, então S sabe que \sim BIV.

(3') S sabe que \sim BIV

(4') S não sabe que \sim BIV.

(5') Portanto, S não sabe que p.

A premissa (1') assume que S sabe que tem mãos. (2') expressa o fato de que S sabe a implicação lógica em questão. (3') Se segue de (1') e (2') apoiada pelo Princípio do Fechamento. Contudo, uma vez que as experiências entre um BIV e um \sim BIV são as mesmas, S não tem evidência suficiente para eliminar essa possibilidade. Por isso o cético pode introduzir a hipótese cética (4'). Se, hipoteticamente, o consequente de (2') é falso, então, por redução ao absurdo, p é falsa. Portanto, (5'): S não sabe que p.

Desse modo, nos encontramos no seguinte cenário: situações que antes costumávamos atribuir conhecimento estão em risco. Elas necessitam de uma explicação mais sofisticada em relação à que era antes oferecida. Até porque, se é possível dizer que casos comuns de atribuição de conhecimento são falhos, o argumento pode ser generalizado. Se não estamos dispostos a atribuir conhecimento à proposição "S sabe que tem mãos", como poderíamos

¹¹ Há uma extensa bibliografia sobre o assunto, por exemplo: Feldman (1995), Audi (1995), Hawthorne (2005).

estar dispostos a atribuir conhecimento a proposições mais complexas, como, por exemplo, as científicas?

Talvez, para alguns, o ceticismo pareça uma boa alternativa. Mas não é a única. Contudo, os descontentes estão com o ônus da prova: é necessário garantir uma explicação que consiga afirmar o conhecimento humano ao mesmo tempo que negue o ceticismo. Alguns epistemólogos responderam ao argumento cético negando o princípio do fechamento¹². Nessa linha, destacam-se os argumentos de Fred Dretske e Robert Nozick¹³. Outros responderam negando a hipótese cética, S não sabe que $\sim BIV$. Na literatura, é conhecida como a resposta mooreana.

Muito poderíamos dizer sobre essa discussão – e sobre as objeções que cada uma das respostas enfrentou¹⁴. Contudo, nosso interesse aqui não é compreender o argumento cético, mas apresentá-lo na medida em que ele motiva a resposta do contextualismo epistêmico¹⁵.

Tal estratégia possui diferenças significativas em relação àquelas outras respostas. O contextualismo busca responder ao argumento cético preservando o princípio do fechamento. Mas (e sobretudo para nosso propósito), essa resposta parte da suposição de que aquelas estratégias estão fadadas ao fracasso, porque se encontram dentro do contexto cético.

1.3. Atribuição e Natureza do Conhecimento

Antes de adentrarmos na estratégia de resposta contextualista ao ceticismo, é importante tecermos alguns esclarecimentos. Até o momento, mencionamos a prática de atribuir conhecimento. Tal prática certamente possui um apelo intuitivo, a saber, situações nas quais falantes comuns estão dispostos a confirmar que alguém conhece algo. Imaginemos a seguinte situação. Leonardo está caminhando no centro de Porto Alegre e quer saber que horas são. Por ele estar sem seu relógio de pulso e sem qualquer outra forma de acesso a essa informação (por exemplo, sem celular), pergunta para a primeira pessoa que vê portando um relógio. Digamos que essa pessoa responda que são 15 horas e 40 minutos. Pouquíssimos instantes depois, Leonardo entra no Mercado Público e, lá, vê o relógio na área central, que

¹² Ver, dentre outros, Olin (2005) e De Almeida (2012).

¹³ Ver Dretske (1970) e Nozick (1981).

¹⁴ Ver Borges (2007) e Rodrigues (2011), em especial capítulo 1.

¹⁵ Aqui, seguimos Rysiew (2011a, 2011b), e, exceto indicação contrária, contextualismo refererir-se-á à abordagem epistêmica.

marca 15 horas e 40 minutos. Nesse sentido, Leonardo está disposto a dizer que aquela pessoa *sabia* que eram 15 horas e 40 minutos.

Podemos precisar conceitualmente o termo *atribuição de conhecimento* a partir de situações intuitivas como aquela acima descrita: consistem em situações nas quais um sujeito S avalia uma proposição p proferida em um tempo t a fim de confirmar ou negar o predicado relacional “saber que”¹⁶. Desse modo, podemos pensar que, quando uma análise epistêmica apresenta casos a fim de ilustrar explicações, está discutindo casos de atribuição de conhecimento. Afinal, tais casos são utilizados no sentido de demonstrar situações (hipotéticas ou não) nas quais estamos dispostos a atribuir ou negar conhecimento. Contudo, é importante salientar a diferença entre uma análise *do* conhecimento e uma análise de *atribuições* de conhecimento.

Uma análise *do* conhecimento trata de considerações sobre a natureza desse estado mental. Uma análise de *atribuição* de conhecimento trata de considerações linguísticas sobre o conceito ‘conhecimento’. Mas, em que medida elas podem esclarecer uma a outra? Na medida em que uma análise do conhecimento indica em quais situações é legítimo atribuir conhecimento. Igualmente, podemos supor que análises de casos de atribuição de conhecimento esclarecem como conhecemos, ou seja, esclarecem questões sobre a *posição epistêmica* de um sujeito com respeito a uma determinada proposição.

Retomemos o exemplo acima. Suponhamos que Leonardo esteja errado em atribuir conhecimento ao informante. Talvez porque, coincidentemente, tanto o relógio do Mercado quanto o relógio do informante X poderiam estar parados e, além disso, indicando a mesma hora. Nesse sentido, uma análise do porque Leonardo errou esclareceria quais condições deveriam ser satisfeitas para que “Leonardo sabe que são 15h40min” ou “o informante x sabe que são 15h40min” sejam verdadeiras.

Daqui para adiante, nosso objetivo será o de explicar essa relação entre atribuição de conhecimento e análise do conhecimento, a partir da noção *posição epistêmica*. Mas, uma vez que o contextualismo foi a teoria responsável por introduzir esse tipo de abordagem no cenário epistemológico¹⁷, passaremos a ela.

1.4. A Abordagem Contextualista

¹⁶ Desse modo, “S sabe que p” e “S não sabe que p” são ambas atribuições de conhecimento – respectivamente afirmativa e negativa.

¹⁷ Tal empreendimento foi batizado como “o novo giro lingüístico em epistemologia”. O termo é cunhado e explicado por Peter Ludlow (2005). Sobre recentes impactos desse “giro”, ver Brown e Gerken, 2012.

Ainda que a teoria *contextualista* possua diversas matizes¹⁸, iremos seguir a definição que Jeremy Fantl e Matthew McGrath (2009, p. 35) empregam:

Contextualismo: o conteúdo semântico de sentenças de atribuição de conhecimento varia com o contexto de uso¹⁹.

Nessa seção, buscaremos esclarecer três pontos: (i) em que consiste essa variação; (ii) como essa variação afeta as sentenças de atribuição de conhecimento e (iii) em que medida ela responde ao ceticismo.

Há dois sentidos em que podemos compreender a noção de sensibilidade contextual: uma, inócua, aponta que muitos dos termos que utilizamos (seja no nosso dia a dia, seja em campos mais especializados, como em uma investigação filosófica) são ambíguos, e, por isso, a atividade epistêmica deve ter como primeiro passo o esclarecimento conceitual daquilo que se quer analisar. Por exemplo, sentenças com a palavra ‘banco’ necessitam de um contexto como suporte a fim de esclarecer a sua ambiguidade – entre os possíveis significados, ‘banco da praça’ ou ‘instituição financeira’.

Mas o contextualismo quer mostrar algo mais forte:

De acordo com essa visão, o valor de verdade de sentenças contendo as palavras ‘conhece’ e seus cognatos irão depender de padrões contextualmente determinados. Por conta disso, esse tipo de sentença poderá ter diferentes valores de verdade em diferentes contextos. Agora, quando eu digo ‘contextos’, eu quero dizer ‘contextos de atribuição’. Assim, o valor de verdade de uma sentença contendo o predicado de conhecimento pode variar de acordo com coisas como os propósitos, intenções, expectativas, pressuposições, etc., dos falantes que as proferem.²⁰ (COHEN, 2000, p. 94)

Ou seja, Cohen sugere que sentenças do tipo “S sabe que p” variam contextualmente porque variam os padrões daquele que as profere. Mas também há que se notar que tais padrões não são estritamente epistêmicos, uma vez que nenhum deles diz respeito à verdade

¹⁸ Nosso foco incidirá sobre o Contextualismo do Atribuidor, e não sobre o Contextualismo do Sujeito. Sobre as diferentes teorias contextualistas, ver: Rysiew (2011a, parte 3.3), Rodrigues (2010) e (2011, capítulo 2).

¹⁹ No original: “(Contextualism) The semantic content of knowledge-attributing sentences varies with the context of use.”

²⁰ No original: “According to this view, the truth value of sentences containing the words “know”, and its cognates will depend on contextually determined standards. Because of this, such a sentence can have different truth-values in different contexts. Now when I say “contexts”, I mean “contexts of ascription”. So, the truth value of a sentence containing the knowledge predicate can vary depending on things like the purposes, intentions, expectations, presuppositions etc., of the speakers who utter these sentences.”

da proposição. Podemos compreender tal apelo, intuitivamente, a partir do seguinte exemplo: certamente empregam-se padrões distintos para avaliar se o gramado da minha casa está bem cuidado ou se o gramado de um campo de golfe está bem cuidado.

Assim padrões mais frouxos ou mais estritos determinarão o valor de verdade das sentenças de atribuição de conhecimento, porque determinam as condições de verdade delas. Consideremos dois falantes em uma situação de atribuição em um mesmo tempo t , sobre um mesmo sujeito S , com respeito a uma mesma sentença p e sob as mesmas circunstâncias. Em situações como essa, o efeito dos padrões sobre o valor de verdade dessas atribuições produziria situações em que um diz: “ S sabe que p ”, e outro diz: “ S não sabe que p ”, e um ou ambos podem estar dizendo algo verdadeiro.

A ideia é que as nossas sentenças de atribuição de conhecimento possuem um funcionamento análogo a sentenças que envolvem indexicais, como, por exemplo, “eu sou brasileiro”. Certamente, tal sentença é verdadeira para aqueles que a proferem e que nasceram no Brasil, mas falsa para aqueles que a proferem, mas não nasceram no Brasil. Nesse sentido, se esse tipo de sentença pode ser verdadeira e falsa porque *expressa conteúdos proposicionais distintos*. Do mesmo modo, defende o contextualismo, podem ser nossas sentenças de atribuição de conhecimento.

Essa analogia é defendida pelos contextualistas na medida em que eles notam uma relação entre padrões que o atribuidor emprega e possibilidades de erro mais ou menos salientes. Nos casos em que a possibilidade de erro é menos saliente, é mais fácil receber uma atribuição positiva de conhecimento, e vice-versa. Consideremos novamente a hipótese cética.

Se analisarmos o argumento do ponto de vista do atribuidor, defenderão os contextualistas, o que está em jogo é a tentativa de eliminar a possibilidade de erro da factividade de ser um BIV. Nessa perspectiva, quando afetados pela hipótese cética, não estamos dispostos a dizer que “ S sabe que tem mãos”. Por outro lado, falantes em situações comuns, em que a hipótese cética não é saliente, estão dispostos a afirmar que “ S sabe que tem mãos”.

Nessa perspectiva, há uma concessão ao ceticismo; afinal, se assumirmos a explicação contextualista:

(...) nossas afirmações ordinárias de conhecer são salvaguardadas dos ataques aparentemente poderosos do cético, enquanto que, ao mesmo tempo,

o poder de persuasão dos argumentos céticos é explicado²¹ (DeROSE, 1992, p. 917).

A hipótese que o ceticismo põe em jogo é possível, mas, quando ela entra em cena, instala padrões muito altos; padrões que não têm lugar em nosso contexto ordinário. É por esse motivo que contextualistas dirão que o argumento é um tipo de paradoxo – não parece razoável dizer que não temos mãos, assim como não temos como refutar BIV.

1.5. Contexto e Saliência do Erro

A estratégia contextualista recebeu uma série de críticas²² que visaram minar tanto a abordagem semântica quanto a solução ao problema do ceticismo. A chamada *objeção da substituição*²³ questiona sobre o caráter efetivamente epistêmico da teoria:

[O Contextualismo] é uma tese sobre as condições de verdade das sentenças de conhecimento, e não uma tese sobre conhecimento em si. Portanto é enganoso quando o [contextualismo] é descrito, e algumas vezes é, como uma visão de que *o que alguém conhece* depende de um contexto (...). [O contextualismo] é uma teoria *epistêmica* somente no sentido que concerne a sentenças utilizadas em atribuir (ou negar) ‘conhecimento’, em oposição aqueles termos não epistemológicos²⁴ (RYSIEW, 2011b, p.524)²⁵.

Mas cabe notar que o contextualista poderia responder a tal objeção dizendo que qualquer teoria epistêmica busca compreender as condições pelas quais atribuímos ou não conhecimento. Isso porque, quando epistemólogos analisam casos ou criam exemplos ideais, estão a identificar em quais condições a atribuição de conhecimento é legítima ou não. Mas ainda assim seria necessária uma defesa contextualista sobre o impacto da atribuição de conhecimento sobre a natureza do conhecimento²⁶; fato que o contextualista não parece se

²¹ No original: “Thus...our ordinary claims to know [are] safeguarded from the apparently powerful attacks of the skeptic, while, at the same time, the persuasiveness of the skeptical arguments is explained”.

²² Ver, dentre outros, Rodrigues (2011; Capítulo 3); Rysiew (2001).

²³ O termo é de Steup (2012).

²⁴ No original: “is a thesis about knowledge sentences’ truth conditions, it is not a thesis about knowledge itself. So it is misleading too when EC is described, as it sometimes is, as the view *that whether one knows* depends upon context (...). EC is an *epistemological* theory only in the sense that it concerns sentences used in attributing (/denying) “knowledge,” as opposed to those employing some non-epistemological term(s).”

²⁵ Também, do mesmo autor (2011a, §2).

²⁶ Não entraremos no mérito, mas cabe mencionar que possivelmente Matthias Steup apresente uma defesa nesse sentido. Ele menciona que o contextualista responderia que sua análise mostra “diferentes *tipos* de conhecimento” (No original: “different *kinds* of knowledge.”) (STEUP, 2012, §5.6). Essa ideia é desenvolvida

comprometer. Pelo contrário. Como salientado por alguns autores, a teoria versa sobre caracteres semânticos e, como tal, é compatível com diversas concepções de conhecimento²⁷.

Por conta disso, Rysiew (2001) (citando Dretske) critica a estratégia contextualista. Essa parece reduzir os problemas epistêmicos – como o da hipótese cética – a problemas de tradução. Mas, se assim fosse, o problema epistêmico não seria realmente um problema:

O ceticismo, como a doutrina sobre o que pessoas ordinárias conhecem, não pode ser verdadeiro porque é colocado na boca de um cético. Tratar o conhecimento como um indexical (...) [contudo] parece ter, ou perigosamente aproximar-se desse tipo de resultado. Por essa razão (dentre outras), eu o rejeito (DRESTKE, Apud Rysiew, 2001, p. 482)²⁸.

Interpretamos tal posição como análoga daquelas expressas por Stanley (2005, p. 155) e Fantl e McGrath (2009). Os autores compartilham a acusação de que o contextualismo solucionaria problemas muito facilmente. Afinal, quando forçados “em duas direções, nós sempre poderemos postular que os termos relevantes possuem diferentes conteúdos semânticos dependendo de onde sentimos o tranco” (2009, p. 31)²⁹. Além disso, Stanley (2005, capítulo 1) mostra que ‘conhecimento’ não é análogo a indexicais, como alguns contextualistas defendem³⁰.

Talvez o problema do contextualismo situe-se no fato de que a saliência ao erro que está envolvida na hipótese cética tenha sido explicada em termos de semântica. Ou seja, as hipóteses céticas não são elimináveis porque ‘conhecimento’ quer dizer algo diferente de acordo com o contexto. Mesmo assim, Fantl e McGrath (2009) parecem dispostos a conceder ao contextualista o fato de que, em situações de fala, estamos dispostos a desconsiderar a saliência do erro. Ou seja, em situações comuns de fala, estamos dispostos, no limite, a desconsiderar hipóteses céticas. Talvez isso se deva a mudanças no ambiente prático:

(...) não podemos extrair a conclusão de que a saliência do erro por si só é suficiente para aumentar os padrões para conhecer. Talvez o ambiente prático esteja realizando todo o trabalho. Mas o ambiente prático parece

em outro trabalho do autor (2005) em que trabalha a ideia de que o conhecimento em padrões baixos e em padrões altos, assim como o conhecimento falível e o conhecimento infalível consistem em *tipos* diferentes.

²⁷ Vide, por exemplo, Stanley (2005, capítulo 1); Rodrigues (2011, n.64, p. 59).

²⁸ No original: “Skepticism, as a doctrine about what ordinary people know, cannot be made true by being put in the mouth of a skeptic. Treating knowledge as an indexical... [,however,] seems to have, or to come dangerously close to having, exactly this result. For this reason (among others) I reject it.”

²⁹ No original: “If it seems we are pulled in two directions, we can always postulate that the relevant terms have different semantic contents depending on which pull we feel.”

³⁰ Tanto Rysiew (2001, p. 482) quanto Stanley (2005) apontam que suas críticas abrangem tanto as teorias contextualistas que explicam o ‘conhecimento’ a partir de indexicais quanto aquela que constroem explicando-o a partir de construções comparativas (como ‘alto’ ou ‘plano’).

irrelevante para o problema cético, ao menos em sua forma moderna^{31 32} (FANTL; McGRATH, 2009, p. 32).

Por conta desse último comentário, não buscaremos aqui verificar se o contextualismo é a melhor resposta ao ceticismo. Na verdade, a estratégia será acompanhar o argumento de Fantl e McGrath, que consistirá em mostrar uma brecha suficiente para a infiltração pragmática. Na próxima seção, apresentaremos os *Casos do Banco*, situações utilizadas pelos contextualistas a fim de mostrar as evidências de que a variação contextual que essa teoria postula de fato ocorre. Nosso objetivo será o de sublinhar como as intuições contextualistas foram relevantes para o surgimento da Infiltração Pragmática.

1.6. Questões Semânticas e Questões Epistêmicas

Tradicionalmente, em epistemologia, conhecimento é uma propriedade binária: ou S tem conhecimento, ou S não tem. Ou, nas palavras de Drestke: “conhecimento factual é absoluto. É como estar grávida: uma questão de tudo ou nada. Uma pessoa não pode estar *mais* grávida, ou grávida *melhor que* outra pessoa”³³ (2002, p. 539). Contudo, considerando que uma das condições necessárias para que um sujeito tenha conhecimento é a noção de justificação (ou crença justificada), essa, por sua vez, não é necessariamente binária. Lemos na literatura:

[justificação] é uma questão de graus. Alguém pode estar mais ou menos justificado em crer que p. Se, por exemplo, o que justifica alguém é alguma evidência, então estará mais ou menos justificado de acordo com a quantidade e força de evidência (ALSTON, 2003, p. 360)^{34 35}.

Por isso, podemos dizer que, se S sabe que p, então S tem um alto grau de justificação na crença de que p. Compreendido desse modo, podemos dizer que casos de conhecimento

³¹ No original: “we cannot draw the conclusion that salience of error by itself is sufficient to raise the standards for knowing. Perhaps practical environment is doing all the work. But practical environment seems irrelevant to the skeptical problem at least in its modern forms.”

³² Jonathan Schaffer (2006, p. 88) também aponta esse problema.

³³ No original: “factual knowledge is *absolute*. It is like being pregnant: an all or nothing affair. One person cannot be *more* pregnant, or pregnant *better than* someone else.”

³⁴ No original: “[justification] It is a matter of degree. One can be more or less justified in believing that p. If, for example, what justifies one is some evidence one has, one will be more or less justified depending on the amount and strength of the evidence.”

³⁵ Ou, também, “Justificação é algo que vem em graus – você pode ter mais ou menos disso”. No original: “Justification is something that comes in degrees – you can have more or less of it” (FELDMAN, 2003, p. 21).

são determinados, pelo menos em parte, pela quantidade de justificação que S possui. Vamos considerar que a quantidade de justificação que S possui determina sua *posição epistêmica* com respeito a saber que p. Nesse sentido, podemos traçar comparações entre a posição epistêmica de diferentes sujeitos em uma mesma situação ou mesmo entre o mesmo sujeito em situações diferentes. Essas comparações poderão mostrar casos de paridade ou assimetria. Ou seja, situações em que a *força da posição epistêmica* é maior ou menor, comparativamente.

Consideremos, a título de exemplo, o seguinte caso. Leonardo e Rafael querem saber se o ônibus D43 passa pela PUC. Para isso, Leonardo entra no site da EPTC, onde obtém a informação correta. Rafael, por sua vez, pergunta para uma pessoa qualquer na rua e obtém como resposta: “eu não sei”. Comparativamente, Leonardo está em *melhor posição* para conhecer que o D43 passa pela PUC do que Rafael. Ou, dito de outro modo, Leonardo possui uma *posição epistêmica mais forte* com respeito a conhecer a proposição “O ônibus D43 passa pela PUC”.

Mas o que efetivamente determina a posição epistêmica? A visão standard na epistemologia defende que a posição epistêmica é determinada *exclusivamente* pelas dimensões relevantes para a verdade da proposição como:

(...) quão forte é sua evidência para/contra p, quão confiável são os processos de formação de crença disponíveis para você que irão produzir a crença de que p, quão forte suas relações contrafactuais para o valor de verdade de p (quão sensível, quão segura é sua base disponível para crer que p), etc. (FANTL; McGRATH, 2009, p. 27)³⁶.

Pretendemos aqui mostrar como o contextualismo, ao introduzir questões semânticas dentro do cenário epistêmico, afetou a visão sobre essa questão.

Peter Unger (2002), em seu livro *Philosophical Relativity*, motivado pelas discussões contextualistas, pretende defender a hipótese de uma relatividade semântica para o conhecimento: “não há resposta objetiva para o que ‘conhece’ significa”³⁷ (2002, p. 5). A base de tal hipótese é a de que, frente ao conflito entre duas posições semânticas, variantistas e invariantistas, não há solução possível³⁸: “esses dois quadros são relativisticamente

³⁶ No original: “how strong your evidence for/against p is, how reliable are the belief-forming processes available to you which would produce a belief that p, how strong your counterfactual relations to the truth-value of p (how sensitive, how safe your available basis is for believing that p), etc.”.

³⁷ No original: “there is no objectively right answer as to what ‘know’ means.”.

³⁸ John MacFarlane (2005) também defende um tipo de relativismo.

relacionados”³⁹ (2002, p. 6). Tal taxonomia é relevante para avaliarmos como se relacionam a abordagem semântica e a epistêmica em se tratando do problema da força da posição epistêmica apontado acima.

A visão tradicional defende o chamado invariantismo moderado. É invariantista porque defende que há um grau fixo de justificação necessário para conhecer *p*, independentemente de qualquer contexto. E é moderado porque se opõe ao invariantismo cético, equivalente ao ceticismo, ou seja, independentemente de qualquer contexto é impossível alcançar o grau de justificação necessário para conhecer *p*:

(...) o invariantismo se encaixa perfeitamente com posições céticas tradicionais acerca de nossas afirmações ordinárias; permite ao cético as condições demandadas por ele para os termos chave de seus argumentos negativos. Conscientemente ou não, em vários escritos céticos eu fui um invariantista. (UNGER, 2002, p. 9)⁴⁰.

A oposição em que nos determos será entre variantistas e invariantistas, que se diferenciam pelas seguintes características:

O que o invariantista nega é que alguém possa fixar todos os fatos sobre as crenças de *S* e suas evidências (*vis-à-vis p*), e todas as características objetivas das circunstâncias de *S* e, *em mera virtude de mudanças na psicologia do atribuidor*, conduzir uma mudança nas condições de verdade (e, portanto, no valor de verdade) das sentenças relevantes de atribuição de conhecimento: de acordo com o invariantista, uma vez que esses fatos estão fixados, assim estão as condições de verdade das sentenças utilizadas na atribuição de conhecimento de *S*⁴¹ (RYSIEW, 2001, p. 479).

Assim, invariantistas afirmam que, se *S* conhece *p*, é porque *S* tem um alto grau de justificação para crer que *p*. Vimos anteriormente algumas críticas realizadas ao contextualismo com respeito à sua solução do problema cético. Por conta desses ataques, os contextualistas apresentaram casos⁴². Trata-se de casos que visam corroborar que nossas

³⁹ No original: “these two frames are relativistically related.”.

⁴⁰ No original: “(...) invariantism fits well with traditional skeptical positions about our ordinary statements; it will give the skeptic the demanding conditions he wants for the key terms of his negative arguments. Knowingly or not, in various skeptical writings I have been an invariantist.”.

⁴¹ No original: “What the invariantist denies is that one can fix all the facts about *S*’s beliefs and evidence (*vis-à-vis p*), and all the objective features of *S*’s circumstances, and then *in virtue merely of some shift in the psychology of the attributor*, bring about a shift in the truth conditions (and hence the truth value) of the relevant knowledge-attributing sentence: according to the invariantist, once these facts are fixed, so are the truth conditions of a sentence used in attributing knowledge to *S*.”.

⁴² Os chamados *Bank Cases* e os *Airport Cases*, respectivamente trabalhados em “Contextualism and Knowledge Attributions” (DeROSE, 1992) e “Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons” (COHEN, 1999).

práticas comuns de atribuição de conhecimento variam contextualmente (no sentido proposto pela teoria).

Caso do Banco A: minha esposa e eu estamos indo para casa numa tarde de sexta-feira. Nós pretendemos parar no banco, no caminho de casa, para depositar nossos salários. Mas na medida em que passamos pelo banco, notamos que as filas dentro estão muito longas, como estão na maioria das vezes nas tardes de sexta-feira. Embora geralmente gostemos de depositar o nosso salário o mais breve possível, não é especialmente importante neste caso que eles sejam depositados imediatamente, então eu sugiro que sigamos direto para casa e depositemos nossos salários na manhã de sábado. Minha esposa diz: ‘Talvez o banco não esteja aberto amanhã. Muitos bancos estão fechados aos sábados’. Eu respondo: ‘Não, eu sei que vai estar aberto. Eu estive lá há apenas duas semanas, no sábado. Estará aberto até o meio-dia’ (DeROSE, 1992, p. 913)⁴³.

Considerando que é fato que o banco estará aberto no sábado, à primeira vista estamos dispostos a dizer que Keith, no caso A, está falando algo verdadeiro, ou seja, ele sabe que o banco estará aberto no sábado. Do modo como está sendo apresentado, o caso não menciona quaisquer outros fatores que pudessem negar isso (que os bancos fossem entrar em greve ou que Keith tivesse esquecido que no próximo sábado será feriado). Ou seja, do ponto de vista do invariantista moderado, é razoável afirmar que é verdadeira a sentença “Keith sabe que o banco estará aberto no sábado” – porque ele está em posição de conhecer a proposição. Mas, então, DeRose nos apresenta um segundo caso, a título de comparação:

Caso do Banco B: minha esposa e eu passamos pelo banco em uma tarde de sexta-feira, como no caso A, e percebemos as longas filas. Volto a sugerir que nós depositemos nossos salários na manhã de sábado, explicando que estava no banco no sábado de manhã apenas duas semanas atrás e descobri que ele estava aberto até o meio-dia. Mas, neste caso, acabamos de passar um cheque muito alto e muito importante. Se nossos salários não forem depositados em nossa conta corrente até segunda-feira de manhã, o cheque importante que passamos irá voltar, deixando-nos numa situação muito ruim. E, claro, o banco não está aberto no domingo. Minha mulher me relembra desses fatos. Ela então diz: ‘Os bancos mudam o seu horário. Você sabe que o banco estará aberto amanhã?’ Permanecendo tão confiante quanto antes, de

⁴³ No original: “*Bank Case A* My wife and I are driving home on a Friday afternoon. We plan to stop at the bank on the way home to deposit our paychecks. But as we drive past the bank, we notice that the lines inside are very long, as they often are on Friday afternoons. Although we generally like to deposit our paychecks as soon as possible, it is not especially important in this case that they be deposited right away, so I suggest that we drive straight home and deposit our paychecks on Saturday morning. My wife says, “Maybe the bank won’t be open tomorrow. Lots of banks are closed on Saturdays.” I reply, “No, I know it’ll be open. I was just there two weeks ago on Saturday. It’s open until noon.”

que o banco estará aberto, então, ainda assim, eu respondo: ‘Bem, não. É melhor eu ir e me certificar’⁴⁴ (DeROSE, 1992, p. 913).

Novamente, considerando que o banco estará aberto no sábado, em um primeiro momento, o que ocorre em ambos os casos soa correto. Como DeRose irá sugerir, o contextualismo explicaria a razão pela qual essas três primeiras afirmações são verdadeiras: (1) Keith, no caso A, está falando algo verdadeiro; (2) Keith, no caso B, está falando algo verdadeiro; (3) Keith, no caso A e B, encontra-se na mesma posição de conhecer a proposição “o banco estará aberto no sábado”.

E, nesse sentido, a seguinte afirmação seria falsa, a saber: (4) se o que é proferido no caso A é verdadeiro, o que é proferido no caso B é falso. Essa última afirmação é equivalente ao invariantismo moderado, que, em última análise, nega que as sentenças de atribuição de conhecimento variam contextualmente. Compreendido desse modo, o contextualismo é equivalente ao variantismo, ou seja, uma mesma sentença pode ter diferentes valores de verdade: “(...) as condições de verdade das sentenças da forma ‘S sabe que p’ ou ‘S não sabe que p’ variam de acordo com o contexto no qual foram proferidas”⁴⁵ (DeROSE, 1992, p. 914).

Trançando um quadro comparativo entre as duas perspectivas, assumindo que é fato que a proposição p, a saber, ‘o banco estará aberto no sábado’ é verdadeira, a partir do invariantismo moderado teríamos de afirmar que tanto Keith no Caso do Banco A quanto Keith no Caso do Banco B estão em posição de conhecer a proposição p, afinal, ambos possuem acesso a mesma evidência: o fato de Keith ter estado no banco semana passada. Contudo, dirá o invariantista, por fatores não-epistêmicos (cautela ou prudência, por exemplo), Keith no caso B suspende o juízo sobre a proposição em questão, para se certificar. Porém, como indicamos acima, esse tipo de interpretação é, no mínimo, estranha, porque parece desautorizar nossas práticas ordinárias de atribuição de conhecimento.

O variantismo, por sua vez, ao defender a primazia do contexto se compromete com a verdade das sentenças enunciadas pelo sujeito em ambos os casos. Chamemos Keith no Caso do Banco A de (Sa) e Keith no Caso do Banco B de (Sb). Desse modo, contextualistas

⁴⁴ No original: “*Bank Case B* My wife and I drive past the bank on a Friday afternoon, as in Case A, and notice the long lines. I again suggest that we deposit our paychecks on Saturday morning, explaining that I was at the bank on Saturday morning only two weeks ago and discovered that it was open until noon. But in this case, we have just written a very large and important check. If our paychecks are not deposited into our checking account before Monday morning, the important check we wrote will bounce, leaving us in a very bad situation. And, of course, the bank is not open on Sunday. My wife reminds me of these facts. She then says, “Banks do change their hours. Do you know the bank will be open tomorrow?” Remaining as confident as I was before that the bank will be open then, still, I reply, “Well, no. I’d better go in and make sure.”

⁴⁵ No original: “(...) the truth conditions of sentences of the form ‘S knows that p’ or ‘S does not know that p’ vary in certain ways according the context in which they are uttered”.

defendem que Sa sabe que p e que Sb não sabe que p. Ambas são verdadeiras porque os padrões requeridos para que (Sa) tenha conhecimento são mais relaxados daqueles de (Sb). Em outras palavras, o contexto exige uma quantidade menor de evidências de (Sa) para que sua posição epistêmica seja forte o suficiente para ter conhecimento, o que não é o caso para (Sb). Contudo, como vimos, assumirá o variantista contextualista: em cenários cujos padrões são muito elevados (por exemplo, um cenário afetado pelo ceticismo), nenhum dos dois teria como cumprir com os padrões do contexto, ou seja, não haveria como garantir força epistêmica suficiente para atribuímos conhecimento nem a (Sa), nem a (Sb). Podemos comparar essas teorias a partir das tabelas abaixo⁴⁶:

| | Sa sabe que p | Sb sabe que p |
|----------------|---------------|---------------|
| Padrões altos | Falso | Falso |
| Padrões baixos | Verdadeiro | Verdadeiro |

Tabela 1: Variantismo (contextualismo)

| | Sa sabe que p | Sb sabe que p |
|----------------|---------------|---------------|
| Padrões altos | Verdadeiro | Verdadeiro |
| Padrões baixos | Verdadeiro | Verdadeiro |

Tabela 2: Invariantismo Moderado

Cabe observar, do ponto de vista semântico da atribuição de conhecimento, que, entre o modelo do invariantismo moderado e o do variantismo contextualista, a Infiltração pragmática pretende apresentar uma interpretação intermediária.

Trata-se de um tipo de invariantismo, uma vez que as proposições do tipo *sabe que* tem seu valor de verdade atribuído sem levar em consideração o contexto de enunciação – tal atribuição é independente dos padrões. Desse modo, mantém, como na visão tradicional, a ideia de que uma determinada quantidade de justificação, tendo em vista as evidências disponíveis, garante que tal ou tal caso sejam situações legítimas de conhecimento. Mas se trata de um invariantismo qualificado, sensível ao sujeito, uma vez que fatores práticos que afetam o sujeito são relevantes para a análise epistêmica, ou seja, afetam a força da posição epistêmica do sujeito em questão. Assim, seguindo o supracitado exemplo, (Sa) sabe que p porque o risco prático é insignificante frente à evidência disponível, o que não é o caso para (Sb). A situação fica melhor ilustrada quando observamos a tabela abaixo:

⁴⁶ A sequência de tabelas a seguir foi inspirada pelo artigo de Juan Comensaña (2010).

| | Sa sabe que p | Sb sabe que p |
|----------------|---------------|---------------|
| Padrões altos | Verdadeiro | Falso |
| Padrões baixos | Verdadeiro | Falso |

Tabela 3: Invariantismo Sensível ao Sujeito

Assim, Fantl e McGrath acreditam que podem assumir que, nos Casos do Banco, Sa fala a verdade, assim como Sb, e que a força da posição epistêmica é a mesma; mas, ao mesmo tempo, que a melhor explicação para esse fenômeno não é semântica. Isso porque, em primeiro lugar, trata-se de separar:

(...) a questão *epistemológica*, se o impurismo é verdadeiro, das questões *semântica*, se sentenças de atribuição de conhecimento variam seu conteúdo de acordo com o contexto de uso, e *metafísica*, se proposições de atribuição de conhecimento podem somente ser relativas a um índice (e.g. contexto de avaliação)⁴⁷ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 37).

Em outras palavras, há uma questão semântica relativa à variação contextual de sentenças de atribuição de conhecimento. Mas, talvez, o que essa questão semântica indique não seja o fato de que o ‘conhecimento’ varia, mas, sim, o fato de que a *posição epistêmica* varia de acordo com a saliência do erro *e* os interesses práticos dos sujeitos em questão. Talvez o que esteja ocorrendo nos casos se trate de uma mudança no *uso* do conhecimento. Porém, dirão Fantl e McGrath (2009) se assumirmos que a posição epistêmica dos sujeitos em questão pode variar de acordo com os interesses, isso implica em negar o purismo epistêmico:

Purismo (Pm): para dois sujeitos, S1 e S2, se S1 e S2 estão em igualdade de força da posição epistêmica com respeito a p, então S1 e S2 estão em igualdade se estão em posição de conhecer que p.⁴⁸

Afinal, como a tabela 3 indica, há algo nas situações que coloca os sujeitos *em igualdade de força da posição epistêmica* com respeito a p, mas em assimetria sobre a *posição de conhecer* que p.

⁴⁷ No original: “the *epistemological* question of whether impurism is true from both the *semantic* question of whether knowledge-ascribing sentences vary in content across contexts of use and the *metaphysical* question of whether knowledge-ascribing propositions can only be true relative to an index (e.g. a context of assessment).”

⁴⁸ No original: “(Purism about Knowledge) For any subjects S1 and S2, if S1 and S2 are just alike in their strength of epistemic position with respect to p, then S1 and S2 are just alike in whether they are in a position to know that p.”

Acreditamos ter estabelecido o cenário dentro do qual a Infiltração Pragmática surge. Nesse sentido, a discussão epistêmica que adentraremos será sobre como tal defende a negação do purismo.

2. A INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA

No capítulo anterior, pretendemos apresentar o cenário no qual a Infiltração Pragmática surge. Tal cenário é marcado pela presença de questões epistemológicas, semânticas e metafísicas. De fato, a teoria parece muito promissora. Acreditamos, no entanto, que se faz necessário discorrer mais sobre algumas motivações antes de adentrarmos no argumento que os infiltradores utilizam em prol da teoria. Afinal, se o campo de questões encontra-se discriminado, precisamos mostrar *como* e *por que* é explicada sua conexão. É necessário compreender precisamente o que Fantl e McGrath (2011) querem dizer quando afirmam coisas desse tipo:

(...) talvez nós devamos negar o contextualismo enquanto mantemos nosso comprometimento com as intuições nos Casos do Banco – nosso comprometimento com a visão de que, se um sujeito conhece algo, isso depende da situação prática dele⁴⁹ (FANTL; McGRATH, 2011, p. 561-562).

Iniciaremos o presente capítulo buscando identificar o que há de *pragmático* na Infiltração Pragmática. Na seção subsequente, reconstruiremos os argumentos que Fantl e McGrath empregam. Adentraremos, então, no *Knowledge in an Uncertain World* a fim de investigar aqueles que são os argumentos mais fortes e melhor desenvolvidos em defesa da teoria. Nosso objetivo será o de garantir uma explicação clara e precisa do argumento, conectando as intuições que estão presentes em cada princípio, mas, também, esclarecendo o suporte argumentativo dos mesmos. A última seção desse capítulo apresenta de modo conciso os princípios tal como foram deduzidos a fim de estabelecer a tese dos autores.

Acreditamos que, se o percurso pretendido for bem sucedido, o leitor terá uma visão clara dos objetivos e dos argumentos em defesa dos infiltradores: condição necessária para nosso próximo capítulo – o debate sobre a teoria.

2.1. Considerações Pragmáticas

Podemos afirmar com alguma segurança que o artigo de Patrick Rysiew “*The context-sensitivity of knowledge attributions*”, de 2001, foi o grande motivador tanto do ponto

⁴⁹ No original: “(...) perhaps we should deny contextualism while maintaining our commitment to the intuitions in the Bank Cases – our commitment to the view that whether a subject knows something depends on the subject’s practical situation.”.

de discórdia entre contextualistas e invariantistas quanto da abordagem pragmática que Fantl e McGrath elaboraram, pela primeira vez, em seu “*Evidence, Pragmatics, Justification*”, de 2002. Contudo, partiremos da suposição de que o melhor modo de compreender a relação entre contextualismo e Infiltração Pragmática está em um recente texto de Fantl e McGrath, “*Arguing for Shifty Epistemology*”, de 2012. O motivo disso não é gratuito.

Nesse texto, os autores iniciam dizendo que tanto contextualistas quanto infiltradores⁵⁰ caem sob um rótulo mais geral de *Epistemologia Variante*⁵¹. Isso porque ambos defendem que “fatores tais como risco prático e saliência importam no valor de verdade das atribuições de 'conhecimento’”⁵² (FANTL; McGRATH, 2012d, p. 55). A diferença é onde estão alocados esses fatores: enquanto contextualistas focam no atribuidor, infiltradores focam no agente putativo de conhecimento.

Mas, uma vez que ambas as teorias compartilham a ideia de que *existem* casos desse modo (como nos Casos do Banco), muitos objetam que se trata de uma abordagem epistêmica fundada sobre intuições e não sobre princípios (é difícil não recordar o Problema do Critério aqui). Os autores alegam que esse tipo de objeção é míope. Afinal, é bastante razoável supor que há duas estratégias possíveis, diferentes mas complementares: argumentos partindo de instâncias e argumentos partindo de princípios. Aqueles que partem dos casos (das instâncias existenciais) parecem mais frágeis. Mas, como ponderam os autores, esses casos

(...) são defendidos por argumentos e, como argumentos filosóficos geralmente fazem, esses mesmos argumentos apelam para intuições. Mas essas intuições vão além de intuições sobre o valor de verdade de atribuições de conhecimento em casos específicos de variação de risco: eles incluem intuições sobre princípios gerais, intuições sobre “conflitos”, sobre condicionais, e sobre modos de raciocínio⁵³ (FANTL; McGRATH, 2012d, p. 57).

⁵⁰ Na citação, eles utilizam a noção equivalente: invariantistas sensíveis ao sujeito (FANTL; McGRATH, 2012d, p. 55).

⁵¹ Optamos por traduzir *Shifty Epistemology* por *Epistemologia Variante*, porque preserva a ideia de variação enquanto adjetivo. Contudo, atentamos o leitor para a possível confusão entre Epistemologia Variante e Variantismo, particularmente nos termos apresentados no capítulo anterior (onde variantismo é equivalente a contextualismo). Esperamos que, até o final dessa seção, fique claro que o sentido de Epistemologia Variante trata de uma defesa do *Impurismo*, e não do variantismo.

⁵² No original: “factors such as practical stakes and salience can matter to the truth-value of 'knowledge'-ascriptions.”

⁵³ No original: “defended by argument and, as philosophical arguments generally do, these arguments themselves appeal to intuitions. But these intuitions go beyond intuitions about the truth-value of knowledge-ascriptions in the specific stakes-shifting cases: they include intuitions about the general principles themselves, intuitions about “clashes”, about conditionals, about pieces of reasoning.”

Assim, os autores se propõem a apresentar tanto as dificuldades, quando são consideradas somente as intuições em separado, quanto apresentar como os princípios podem dar suporte a essas intuições. Uma vez que os Casos do Banco são uma instância das intuições, os autores iniciam mostrando o argumento que dá base a essa instância⁵⁴:

Argumento Pró-Epistemologia Variante:

- (1) No caso do Banco A, em que o risco prático é menor, ‘Eu sei que o banco estará aberto amanhã’ é verdadeira.
- (2) No caso do Banco B, em que o risco prático é maior, ‘Eu não sei que o banco estará aberto amanhã’ é verdadeira, portanto, ‘Eu sei que o banco estará aberto amanhã’ é falsa.
- (3) Todos os fatores tradicionais são mantidos fixos ao longo dos casos.
- (4) Se (3), então qualquer variação no valor de verdade de ‘Eu sei que o banco estará aberto amanhã’ se deve a fatores não-tradicionais.
- (5) Então, epistemologia variante é verdadeira.

(1) e (2) são instâncias motivadas por um apelo intuitivo e pelo princípio de caridade. (3) é derivada da descrição dos casos, (4) é o que garante a validade do argumento. Se são verdadeiras, então (5): epistemologia variante é verdadeira.

Embora os autores, no contexto do artigo, não explicitem *exatamente* a concepção de *fatores tradicionais*, podemos tranquilamente relacionar aquilo que dissemos sobre o que determina a força da posição epistêmica na seção 1.5: somente dimensões relevantes para a verdade da proposição. Desse modo, (5) é uma forma de *impurismo*, porque nega explicitamente (Pm) – ou seja, que fatores que determinam a posição epistêmica são *somente* aqueles conducentes à verdade.

Se, como os autores sugerem, *circunstâncias* (na definição abaixo) são equivalentes a características que não são veri-relevantes para a verdade de p ⁵⁵, então, nesses termos, epistemólogos variantes defendem algo equivalente a:

Impurismo (Im): o quão forte sua posição epistêmica deve ser – quais padrões puramente epistêmicos você deve alcançar – a fim de uma sentença de atribuição de

⁵⁴ O argumento empregado no artigo não possui diferenças significativas com aquele apresentado no *Knowledge in an Uncertain World* (FANTL; McGRATH, 2009, p. 37-8). Apresentaremos uma versão conjugando aquela versão com a do artigo (2012d, p. 58).

⁵⁵ Cf. Fantl e McGrath (2009, p. 35, n.9).

conhecimento ser verdadeira (com um conteúdo e em um contexto de uso fixos), varia de acordo com suas circunstâncias.⁵⁶

Acreditamos que essa relação entre impurismo e epistemologia variante é válida nesses termos, com base nas afirmações que os autores lançaram ao longo de seus artigos em defesa da infiltração⁵⁷. Contudo, talvez pareça ambígua para o leitor a relação entre epistemologia variante e variantismo – tal como apresentamos no capítulo anterior.

Podemos esclarecer essa ambiguidade apontando que, de fato, Fantl e McGrath são simpáticos ao contextualismo. Mas essa teoria necessitaria de um complemento. Afinal, em primeiro lugar, o contextualismo pode ser equivalente ao purismo (FANTL; McGRATH, 2009, p. 35). E, se como os autores pretendem mostrar, (Pm) é uma visão incorreta, isso justificaria uma correção. Qual correção exatamente? A introdução de princípios que conectem conhecimento e ação ao invés de conectar ‘conhecimento’ e ação⁵⁸ (FANTL; McGRATH, 2012b). Em suma, o problema do contextualismo é que ele é uma teoria semântica e não uma teoria sobre a natureza do conhecimento.

Ainda que, quando argumentem em favor da epistemologia variante, os autores pretendam permanecer neutros em relação a qual tipo específico de mudança em questão (se contextual ou invariante) é o caso, não iremos nos comprometer com tal neutralidade. Isso porque nosso propósito é explicar a distinção entre o contextualismo e invariantismo sensível ao sujeito. Para além, o foco dessa divisão reside na ênfase empregada no termo *pragmático*. Como vimos no capítulo anterior, os Casos do Banco não conseguem deixar claro o motivo pelo qual a posição epistêmica do sujeito muda. Se isso ocorre por conta da *saliência do erro*, dos *interesses práticos do sujeito* ou de *ambos*.

Uma via seria apostar que é por conta da saliência do erro. Desse modo, o contextualismo explicaria o desconforto das chamadas *Concessivas Atribuições de Conhecimento*⁵⁹, expressões da forma:

⁵⁶ No original: “(Impurism) How strong your epistemic position must be – which purely epistemic standards you must meet – in order for a knowledge-attributing sentence, with a fixed content in a fixed context of use, to be true of you varies with your circumstances.”

⁵⁷ Embora tenham argumentado contra o evidencialismo (2002), o intelectualismo (2007) e, ultimamente, purismo (2009), uma comparação rápida basta para percebermos que os rótulos mudam, mas as definições são equivalentes.

⁵⁸ Ou, como também afirmado pelos autores, os princípios metalinguísticos sejam aceitos como invariantes. (2012d, p.68)

⁵⁹ O termo é de Rysiew (2001, p. 493).

Concessivas Atribuições de Conhecimento (CKA): S sabe que p, mas é possível que q (em que q implica em $\sim p$).

Se, por um lado, o contextualismo conseguiria explicar a “loucura do falibilismo”, para utilizar a expressão de David Lewis (1996), por outro lado isso nada teria a ver com fatores epistêmicos propriamente ditos – mas com fatores semânticos. A questão é que o contextualismo não parece conseguir especificar o que determinam os padrões contextuais: é somente pela menção de que $\sim p$ seja o caso? Ou é por conta do ambiente que envolve uma decisão prática⁶⁰?

Uma solução invariantista é optar por distinguir precisamente o conversacional e o epistêmico. Desse modo, condições de verdade das proposições são independentes de padrões conversacionais (que seriam contextuais). Assim, se é verdadeiro que p, então essa verdade independe do contexto. Mas, então, o que seria dependente do contexto seriam os padrões conversacionais. É isso que permite que alguém expresse sentenças do tipo das (CKA). Em outras palavras:

(...) intuições sobre os casos contextualistas podem ser explicados apelando para o valor de verdade das proposições *pragmaticamente* convertidas pela atribuição de conhecimento, ao invés do valor de verdade literal dessas atribuições”⁶¹ (BROWN Apud FANTL; McGRATH, 2009, p. 40, Grifo nosso).

Mas isso exigiria mostrar *exatamente* o que é uma chance significativa de erro. Isso sugere uma abordagem *pragmática* no sentido de Grice – quais são os princípios conversacionais que garantem que Keith diga, em um Caso do Banco, que sabe e em outro que não sabe.

Mas Fantl e McGrath apontam que essa explicação ainda não consegue especificar os casos em que a chance de erro é saliente ou ociosa. Isso só pode ser feito concebendo uma noção *pragmática* ampla, abrangendo:

(...) não somente fatores que tem a ver com ação e preferência, mas também características de um contexto conversacional que foi normalmente tomado não para ser relevante para o conteúdo do que foi dito, mas somente para ser apropriado dizer, como, por exemplo, a saliência das possibilidades de erro.

⁶⁰ No sentido deliberativo: agir sobre a proposição em questão com vistas à utilidade esperada.

⁶¹ No original: “intuitions about contextualist cases can be explained by appeal to the truth-value of the propositions pragmatically conveyed by the knowledge attributions, rather than the literal truth-value of those attributions”.

Uma vez que John Hawthorne propõe experimentalmente que a saliência de erros possíveis é relevante para o conhecimento, vamos usar ‘pragmático’ em sentido amplo⁶²(FANTL; McGRATH, 2011, p. 561).

Assim, somente a Infiltração Pragmática poderia explicar corretamente *como, porquê e quando* a situação pragmática do sujeito afeta o conhecimento. Grosso modo, seria uma explicação do tipo: se estamos dispostos a atribuir conhecimento, é porque *em uma determinada situação* um sujeito qualquer *S põe o conhecimento para funcionar*⁶³. Ou seja, porque *a possibilidade de que ~p seja o caso é ociosa*. Desse modo, estariam salvaguardadas as intuições que o contextualismo trouxe para o cenário epistemológico, expressas nos Casos do Banco, bem como estaria salvaguardado o falibilismo, porque conseguiria explicar “(...) o quão provável uma proposição deve ser para você a fim de que você a conheça”⁶⁴ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 25).

Mas, adicionam rapidamente os autores: “isso não quer dizer que você deve ser capaz de agir sobre p se você conhece p. (...) Isso quer dizer que a improbabilidade de que não-p não *fica no caminho* de p ser utilizada como base para ação e crença.” (FANTL; McGRATH, 2009, p. 25)⁶⁵.

Após esse percurso, nosso leitor pode avaliar em que medida essa teoria é promissora. Ela pretende dar um sentido exato para o falibilismo. Esse sentido exato implica em assumir consequências práticas de conhecer (colocar o conhecimento para funcionar). Mas é necessário outro passo para chegarmos à Infiltração Pragmática, que é comprometer-se com a tese de que as consequências práticas de conhecer também deverão influenciar no valor de verdade do conhecimento. Só assim chegamos à negação de (Pm).

Mas isso ainda é muito rápido. Dada a abrangência da teoria e o que ela se propõe, é necessário determinar, em primeiro lugar, como o conhecimento se relaciona com a ação. Mas também é necessário dar o segundo passo: como os fatores práticos fazem a condição de verdade do conhecimento mudar. Além de que, para essa explicação ser adequada, não

⁶² No original: “not only factors having to do with action and preference but also features of a speech context that have been standardly taken not to be relevant to the content of what is said but only to the appropriateness of saying it, e.g., the salience of error-possibilities. Since John Hawthorne tentatively proposes that salience of possible error is relevant to knowledge, let us use ‘pragmatic’ in the broader sense.”

⁶³ No original: “put knowledge to work”. Esse será o lema adotado no *Knowledge in an Uncertain World*, inspirado no título do artigo de John Hyman, ‘How Knowledge Works’ (Cf. FANTL; McGRATH, 2009, p. 3, n.3).

⁶⁴ No original: “(...) how probable a proposition must be for you in order for you to know it”.

⁶⁵ No original: “(...) this doesn’t mean that you must be able to act on p if you know p. (...) It means that the improbability of not-p doesn’t *stand in the way* of p’s being put to work as a basis for action and belief.”.

poderemos somente nos fiar em instâncias intuitivas, como os Casos do Banco: são necessários princípios. Tendo isso em vista, passemos para a próxima seção.

2.2. Consequências Pragmáticas de Conhecer

Se considerarmos somente os Casos do Banco para que uma epistemologia variante seja plausível, dizem Fantl e McGrath (2012d), objeções são possíveis, mas sem qualquer possibilidade conclusiva: seja em defesa ou em ataque às intuições apresentadas por DeRose. O único modo de clarear a discussão é através da apresentação dos princípios em questão.

Para isso, seguiremos a sugestão que eles mesmos apontam (2011, 2012d): olhar o terceiro capítulo do *Knowledge in an Uncertain World*. Ali, estaria a defesa mais sofisticada do princípio que conecta conhecimento, racionalidade teórica, racionalidade prática e justificação. Tal princípio manteria as intuições presentes nos Casos do Banco, mas apelando para uma abordagem pragmatista. A sugestão dos autores é explicar o caso do seguinte modo:

Como pode a atribuição de conhecimento a Keith ser verdadeira no Caso A e sua negação ser verdadeira no Caso B, apesar da força de sua posição epistêmica ser a mesma ao longo dos casos? Porque conhecer algo requer ser apropriado para agir sobre (ao menos quando o que é conhecido é pertinente à situação prática de alguém), e embora Keith, no Caso A, conheça e tenha a mesma força da posição epistêmica que Keith tem no Caso B, no Caso B, porque seu risco é alto, não é próprio para Keith agir sobre a proposição relevante, e portanto ele não conhece⁶⁶ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 49).

Essa explicação apela para a seguinte concepção⁶⁷:

Ação (A): se você sabe que p é apropriado para você agir sobre p quando a questão se p é relevante para a questão do que fazer⁶⁸ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 49).

⁶⁶ No original: "How can Keith's knowledge-attribution be true in Case A and his knowledge denial be true in Case B, even though Keith's strength of epistemic position is the same across the cases? Because knowing something requires being proper to act on it (at least when what is known is pertinent to one's practical situation), and although Keith in Case A knows and has the same strength of epistemic position as Keith does in Case B, in Case B, because of his heightened stakes, Keith isn't proper to act on the relevant proposition, and so doesn't know."

⁶⁷ Fantl e McGrath também a defendem em outros trabalhos. Ver Fantl e McGrath (2002e 2007).

⁶⁸ No original: "(...) if you know that p you are proper to act on p when the question of whether p is relevant to the question of what to do."

Tal princípio é uma forma de impurismo; afinal, por conta do risco envolvido, nos Casos do Banco, Keith não consegue agir sobre a proposição. O fato de não agir mostra que ele não tem conhecimento, devido ao risco, se o banco estará aberto ou não no sábado. Mas (A) necessita de um suporte independente.

Antes de passarmos ao suporte independente, que constituirá nossa próxima seção – a análise do argumento propriamente dita – cabe salientarmos alguns pontos. O primeiro deles é que a estratégia dos infiltradores é mais complexa do que a defesa de um princípio que conecte conhecimento e ação. A defesa desse princípio, por si só, não garante (Im), garante consequências pragmáticas de se conhecer. Em outras palavras, é a defesa de uma condição pragmática sobre o conhecimento. Mas é necessário um segundo grau, a negação do purismo. E esse só pode ser atingido através de uma concepção falibilista. Não disputaremos o falibilismo aqui. Para nosso propósito, é suficiente prover o leitor de uma explicação clara do que consiste uma defesa do impurismo.

De qualquer modo, deve-se ter em mente que, condicional à verdade do impurismo, aceitando *qualquer* abordagem falibilista, tem-se a tese completa que Fantl e McGrath visam. Ou seja, é necessária qualquer “compatibilidade do conhecimento com algum tipo de carência epistêmica”⁶⁹ (FANTL; McGRATH, 2012d, p. 64). Essa carência poderá ser definida em termos de chance epistêmica, em que são possíveis casos de conhecimento legítimo com chance epistêmica menor do que 1. Ou mesmo em termos de certeza epistêmica, em que há conhecimento mesmo sem certeza epistêmica absoluta.

2.3. Colocando o conhecimento para funcionar

No livro *Knowledge in an Uncertain World*⁷⁰, Fantl e McGrath pretendem apresentar todas as suas armas contra o Purismo Epistêmico. Fazendo um apelo falibilista, os autores, no primeiro capítulo, defendem que poderão explicar proposições do tipo: “S sabe que p, mas há chance epistêmica de que $\sim p$ ”. Eles nos prometem uma explicação com o seguinte espírito: “a improbabilidade de não-p não *fica no caminho* de que p seja posto para funcionar como base

⁶⁹ No original: “compatibility of knowledge with some sort of epistemic lack”.

⁷⁰ A partir desta seção, exceto indicação contrária, estaremos envolvidos com os argumentos presentes na obra mencionada, em especial aqueles empregados no capítulo 3.

para agir e crer”⁷¹ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 25). Trata-se do *leitmotiv* da obra: “ponha o conhecimento para funcionar”.

Nesse sentido, fatores pragmáticos funcionariam como indicadores de confiança de que S sabe que p. Isso possui um apelo intuitivo pois, quando consideramos práticas comuns, observamos que empregamos princípios como (A) em, por exemplo⁷²:

(6) O treinador não deveria deixar a defesa tão avançada nos escanteios. Ele sabe que o outro time joga no contra-ataque.

(7) O treinador sabia que o outro time joga no contra-ataque. Por isso, fazia todo o sentido ele escalar os zagueiros mais rápidos.

Mas, ainda que isso sugira uma conexão entre conhecimento e ação (ou quaisquer conexão entre princípios teóricos e práticos), trata-se de uma sugestão. Isso precisa ser explicado. E eles pretendem fazê-lo através do “argumento (...) que elucida e provê uma base teórica sólida para a afirmação de que você pode colocar o que conhece para funcionar”⁷³ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 63). Tal argumento provê uma condição suficiente que conecta conhecimento e justificação:

KJ: Se você sabe que p, então p é garantia suficiente para justificá-lo em \emptyset -ndo, para qualquer \emptyset .

Nosso próximo passo será o de discorrer acerca das premissas desse argumento. Mas, antes disso, cabe apontar qual o significado de \emptyset : este corresponde tanto a atitudes doxásticas (crer, descreer ou suspender o juízo sobre uma determinada proposição) quanto a aspectos pragmáticos (preferências, intenções, ações, etc.)⁷⁴. Assim, pensamos que, sem qualquer prejuízo, quando nos referirmos a (KJ), podemos considerá-lo da seguinte forma:

⁷¹ No original: “the improbability of not-p doesn’t *stand in the way* of p’s being put to work as a basis for action and belief”.

⁷² Utilizamos exemplos similares aqueles empregados pelos autores. Além disso, eles empregam outros princípios que dizem respeito a preferências, busca por melhores resultados e averiguação. Uma vez que todos esses princípios possuem fundamento em KJ (ver adiante), pensamos ser desnecessário insistir neles. (Ver FANTL; McGRATH, 2009, p. 60).

⁷³ No original: “an argument (...) that elucidates and provides a solid theoretical basis for the claim that you can put what you know to work.”.

⁷⁴ Cf. Fantl e McGrath, 2009, p. 59. E, no mesmo livro, p. 65, n. 8; p. 66, n. 9.

KJ': Se você sabe que *p*, então *p* é garantia suficiente para justificá-lo teórica e praticamente sobre *q*, para qualquer *q*.

Tomemos o seguinte exemplo. Se eu sei que⁷⁵ (8) e (9), (*KJ'*) deve garantir o conhecimento da conjunção (10):

Argumento teórico-prático:

(8) Eu sei que o meu carro está corretamente estacionado.

(9) Se eu sei que o meu carro está corretamente estacionado, então estar corretamente estacionado é garantia suficiente para que eu esteja justificado em seguir sentado confortavelmente na cadeira.

(10) Eu estou justificado teórica e praticamente em seguir sentado confortavelmente na cadeira.

(8) aponta um item de conhecimento teórico. (9) aponta uma implicação que conecta (8) a uma razão prática. Dirão os autores que (10) é instanciada por (*KJ'*). Afinal, a força da posição epistêmica de (8) é garantia suficiente para que ele possa agir sobre (9).

Se (8)-(10) mostra-se um argumento válido e plausível em defesa de (*KJ'*), consideremos outra situação. Uma em que o conseqüente de (*KJ'*) seja negado.

Argumento prático-teórico:

(8') Se eu sei que o meu carro está corretamente estacionado, então estar corretamente estacionado é garantia suficiente para que eu esteja justificado em seguir sentado confortavelmente na cadeira.

(9') Eu não tenho garantia suficiente para estar justificado em seguir sentado confortavelmente na cadeira.

(10') Então eu não sei que meu carro está corretamente estacionado.

Se (8)-(10) é válido e instanciado por (*KJ'*), (8')-(10') também o será. Contudo, se havia alguma plausibilidade naquele argumento, ela não parece presente nesse. Esse tipo de instabilidade epistêmica precisa ser muito bem explicada. Em prol da explicação,

⁷⁵ O argumento em favor da infiltração é intuitivamente mais plausível na primeira pessoa do que na terceira (DeROSE, 2004) (FANTL; McGRATH, 2009, capítulo 2). De qualquer modo, a passagem da primeira para a terceira pessoa é defendida como possível e plausível. Aqui, optaremos pela primeira pessoa a fim de resguardar caridosamente a força intuitiva dos argumentos.

suspenderemos nosso juízo sobre (KJ') para ver quais argumentos são despendidos em razão dele. Portanto, passemos à análise.

2.3.1. *Garantia suficiente*

Para compreendermos (KJ'), precisamos, antes do argumento em defesa do princípio, compreender seus termos. Já esclarecemos que sua extensão, \emptyset , deve dizer respeito a crenças e razões práticas, que devem estar garantidas suficientemente. Mas o que isso quer dizer exatamente?

Consideremos as seguintes sentenças:

(11) Faltou luz na minha casa.

(12) Meu computador não liga.

(13) Existe uma lula gigante no Japão.

Suponhamos que seja fato que (11) e (12). Se eu estou em casa, sentado, lendo um livro sobre Infiltração Pragmática, e eu creio em (11), então, tenho um caso de crença verdadeira. Mas isso não me garante crença justificada sobre (12) ou sobre (13). Agora, se eu sei (11), eu posso saber (12). Essa relação os autores dirão que é determinada pela *força da posição epistêmica*, ou seja, pelos fatores relevantes para a verdade de p ⁷⁶. Se eu sei que (11), então minha posição epistêmica é forte. E, se a posição epistêmica é forte para justificar outras crenças, como (12); então *p é garantia suficiente para justificar crença em q* (FANTL; McGRATH, 2009, p. 64).

Mas qual a extensão dessa garantia? Se eu sei que (11), eu teria garantia suficiente para estar justificado em crer em (13)? A resposta dos autores é: talvez. Isso porque a relação condicional pode falhar devido a dois fatores, a disputa pode ser: (i) porque a premissa não oferece base para a conclusão *ou* (ii) porque não há garantia suficiente para justificar essa crença (FANTL; McGRATH, 2009, p. 65). Assim, a noção de garantia suficiente deve ser capaz de cobrir casos em que não há base inferencial, mas também outros casos. Que casos? Casos de avaliação de racionalidade prática.

Consideremos: eu estou tendo um jantar romântico com a minha namorada. Comprei um vinho francês especialmente para essa ocasião. Após ter aberto o vinho, eu sirvo as taças

⁷⁶ Sobre força da posição epistêmica, ver Fantl; McGrath (2009, p. 27-28), conforme nosso capítulo anterior.

para um brinde especial. Instantes após o brinde, assim que ela leva a taça aos lábios, eu dou um tapa nela, quebrando a taça e machucando seu rosto. O que justifica eu ter feito isso?

Os autores apontam um tipo de explicação em que o funcionamento de justificação prática é análogo ao de justificação de crenças através do conhecimento. Vamos supor que eu tenha justificação para fazer isso. Digamos que eu sabia que o vinho estava envenenado (digamos que eu tenha visto algo na garrafa naquele segundo, ou mesmo que eu seja um excelente conhecedor de vinhos e venenos e que, somente pelo cheiro, consiga discriminar vinhos bons de envenenados). Nesse caso, porque eu sei, estaria justificado em agir desse modo. Eu (certamente) explicaria essa atitude citando esse item de conhecimento.

Mas, e se eu não soubesse que a garrafa de vinho estava envenenada? A explicação é análoga ao caso da crença verdadeira. Mesmo que o vinho *esteja* envenenado, se isso não figura como item de conhecimento, não pode ser usado como premissa no meu raciocínio prático. Logo, não tenho *garantia* para utilizá-la para justificar o fato de que eu quebrei a taça com vinho caro e machuquei o rosto da minha namorada.

Podemos conceder esse tipo de explicação aos autores, afinal, como eles mesmos apontam (2009, p. 65), não é plausível conceber pessoas que agem arbitrariamente⁷⁷ como modelos de racionalidade.

De qualquer modo, a noção de *garantia suficiente* em (KJ') parece ter um fundamento, de certo modo, vago. Ela diz respeito a dimensões veri-relevantes que determinam a posição epistêmica *do sujeito*. Isso quer dizer que eu posso ter *mais garantia* do que você e, ainda assim, você ter *garantia suficiente* e eu não. Isso porque a noção de suficiência, aqui, diz respeito ao sujeito. Nesse sentido, ela é a noção responsável por explicar *quando* uma posição epistêmica é boa o *suficiente* para crer ou agir⁷⁸. Os autores admitem que a noção de relevância para um sujeito é vaga, mas que precisa ser de algum modo determinada. Principalmente porque será ela a responsável por indicar quando uma chance de erro é ociosa ou quando ela “fica no caminho”.

Fantl e McGrath apontam que podemos interpretar “ficar no caminho” de dois modos: de um ponto de vista causal ou do ponto de vista de encontrar um padrão. (FANTL; McGRATH, 2009, p. 67). Por exemplo:

⁷⁷ Pessoas que agem arbitrariamente em situações como as descritas não devem ser tomadas como modelos de racionalidade. Nosso exemplo é ligeiramente diferente do que eles empregam, mas pensamos que consegue explicar as bases intuitivas presentes em nossos modelos de avaliação de racionalidade prática.

⁷⁸ Cabe notar que são possíveis quatro possibilidades conjugando posição epistêmica e garantia suficiente. Para um sujeito S, ele pode ter: (i) posição epistêmica forte e não ter garantia suficiente para agir; (ii) posição epistêmica forte e ter garantia suficiente para agir; (iii) posição epistêmica fraca e ter garantia para agir; (iv) posição epistêmica fraca e não ter garantia para agir.

- (14) Eu não sou rápido o suficiente para ser um competidor olímpico.
 (15) Eu não sou alto o suficiente para ser um jogador de basquete.
 (16) Eu não trabalhei tempo suficiente para poder me aposentar.
 (17) Eu não pertencço ao gênero que é suficiente para ser uma solteira.

(14) e (15) dizem respeito a condicionais causais, enquanto que (16) e (17) dizem respeito a padrões. Assim, em (KJ'), “quando você sabe p nenhuma fraqueza em sua posição epistêmica impede que p encontre os padrões para que ele seja justificado para você”⁷⁹ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 67).

Por fim, ainda que não apresentem uma definição analítica, apontam uma condição contrafactual de suficiência para verificação de quando algo “fica no caminho”. Assim, pensemos em (16). Se “estar em condições de se aposentar” é um padrão relativo à idade, então, mantendo todos os outros fatores relevantes fixos, a minha idade *fica no caminho* desse padrão. Aplicando isso as nossas questões epistêmicas, temos o seguinte:

Se, em uma situação, podemos variar se p justifica você em [agir ou crer] aumentando a força de sua posição epistêmica, mantendo fixos todos os outros fatores relevantes para se p justifica você em [agir ou crer] (tal como risco, conexão entre a questão se p e a questão se [crer ou agir], e que outras razões compensatórias você tem), então a fraqueza em sua posição epistêmica para p fica no caminho de p justificá-lo em [crer ou agir]⁸⁰ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 67).

Ou seja, se p não é garantia suficiente para justificar crenças ou ações é porque minha posição epistêmica é fraca.

Como tinha sido apontado anteriormente, há dois motivos pelos quais o raciocínio “Se (11) então (13)” é falho. Um deles é porque a premissa não oferece base para a conclusão. O outro é porque não há garantia suficiente para justificar essa crença. Nesse caso, claramente a relação entre “Faltou luz em casa” é uma péssima razão para “Existe uma lua gigante no Japão”. Mas, *se houvesse* uma conexão entre elas, então eu *poderia* ter garantia suficiente – o teste contrafactual aponta isso. Agora, suponha o seguinte:

⁷⁹ No original: “(...) when you know p no weaknesses in your epistemic position preclude p’s meeting the standards for its justifying you”.

⁸⁰ No original, sem as alterações em \emptyset : “If, in a certain situation, we can vary whether p justifies you in \emptyset -ing by raising your strength of epistemic position, holding fixed all other factors relevant to whether p justifies you in \emptyset -ing (such as your stakes, the connection between the question of whether p and the question of whether to \emptyset , and what other countervailing reasons you have), then weaknesses in your epistemic position for p stand in the way of p’s justifying you in \emptyset -ing”.

(18) Se existe uma lula gigante no Japão, então mate todos.

O que Fantl e McGrath sugerem é que a falha do condicional (18) é não haver conexão epistêmica entre elas. Aplicando o teste contrafactual, aumentando a força da minha posição epistêmica até à situação ideal onde a premissa ofereceria base para a conclusão, ainda assim faltaria base epistêmica para utilizar a premissa no raciocínio prático⁸¹.

Nesse sentido, (KJ') não visa colapsar justificção teórica e prática: o que ela aponta é “uma única relação epistêmica com um fato basta para que esse fato seja epistemicamente suficiente para justificar: conhecimento é suficiente”⁸² (FANTL; McGRATH, 2009, p. 68).

2.3.2. Razões teóricas e razões práticas

Para defender (KJ'), os autores partem de um princípio que aponta para a conexão entre conhecimento e razões teóricas: aquilo que um sujeito conhece pode ser tomado como razão para crer em outras coisas. Assim:

KR-teórico (KRT): se você sabe que p, p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer que q, para qualquer q.⁸³

Acreditamos que (KRT) não necessite de maiores esclarecimentos. Talvez aqueles que não aceitam o Princípio do Fechamento pudessem apontar críticas ao princípio. De qualquer modo, pensamos que inferências do tipo (11)-(12) são possíveis justamente por conta de (KRT).

O próximo passo de Fantl e McGrath consiste em defender uma generalização de (KRT). Considere:

(19) É fato que meu banco não faliu.

(20) Se é um fato que meu banco não faliu, então esse fato é razão para que eu continue escrevendo minha dissertação.

⁸¹ Os autores supõe um teste similar sobre a sentença “mulher casada”: dois fatores *ficam no caminho* dela para satisfazer a condição de solteiro. (FANTL; McGRATH, 2009, p. 68).

⁸² No original: “a single epistemic relation to a fact suffices for that fact to be epistemically sufficient to justify: knowledge is enough”.

⁸³ No original: “If you know that p, then p is warranted enough to be a reason you have to believe that q, for any q.”.

Mas, razoavelmente, dirão os autores, podemos assumir que quem conhece (19) e (20) também conhece a conjunção:

(21) O fato que meu banco não faliu é razão para que eu continue escrevendo minha dissertação.

Agora, se aceitamos a plausibilidade de que, se você sabe (19) e (20) também *pode*⁸⁴ saber (21), aceitamos que há casos em que o conhecimento teórico pode ser utilizado em *sets* deliberativos. Para expressar isso, os autores sugerem o seguinte princípio, Link de Razões:

Link de Razões (LR): se você sabe que o fato de que p é uma razão para você crer ou agir, então você tem uma razão para crer ou agir, nomeadamente, p .⁸⁵

Dada a possibilidade de que o conhecimento pode ter implicações práticas, os autores pretendem efetuar uma generalização através da Tese da Unidade:

Tese da Unidade (UT): se p é garantia suficiente para ser sua razão para crer que q , para qualquer q , então p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer ou agir para qualquer crença ou ação.⁸⁶

Cabe notar que (UT) generaliza a autorização de “garantia suficiente” para crenças e ações. Essa generalização tem sua plausibilidade defendida apelando para o modo como são nossos hábitos deliberativos:

(...) quando formando crenças – extraímos conclusões de razões que temos. O mesmo acontece quando tentamos decidir o que fazer. (...) formamos intenções – a partir das razões que temos. Nós trazemos razões em nosso raciocínio sabendo que podemos extrair todo tipo de conclusão delas ao longo do caminho, algumas práticas e outras teóricas (FANTL; McGRATH, 2009, p. 73)⁸⁷.

⁸⁴ Fantl e McGrath são bastante cautelosos aqui – trata-se de admitir pelo menos uma situação aonde tal raciocínio seja possível.

⁸⁵ No original, sem a substituição de \emptyset : “(Reasons Link) If you know that the fact that p is a reason there is for you to \emptyset , the you have a reason to \emptyset , namely p ”

⁸⁶ No original, sem a substituição de \emptyset : “If p is warranted enough to be a reason you have to believe that q , for any q , then p is warranted enough to be a reason you have to \emptyset for any \emptyset .”

⁸⁷ No original: “(...) in forming beliefs – we draw conclusions from the reasons we have. The same goes for trying to decide what to do. (...) we form intentions – from reasons we have. We bring reasons into our reasoning

Talvez alguém possa questionar Fantl e McGrath se essa relação que está sendo intuída é assim *de fato*. Mas a estratégia argumentativa coloca o ônus da prova ao inquiridor. Tem de ser possível mostrar *como* segregamos razões teóricas e práticas. E isso em situações em que o risco é ocioso ou em que ele é alto. Porque, principalmente nessas em que as consequências de se estar errado podem ser catastróficas, (UT) se mostra plausível. Isso sugere outro problema para o inquiridor: (UT) não defende que seja impossível segregar razões. Ela defende que não é familiar ao nosso raciocínio afirmações como: *Eu sei que p, p é útil, eu vou agir sobre p mas não posso usar p na minha deliberação*.

Outro fator em defesa de (UT) que Fantl e McGrath utilizam são dados empíricos de como funciona nosso aparato cognitivo. Esses dados atestam que, quando estamos em situações de risco (como vimos no Caso do Banco B) “paralisamos” a ação sobre uma razão teórica até termos mais evidências. Em suma, afirmarão: “Quando p se torna disponível como base para conclusões teóricas, seria ‘excêntrico’ ignorar p em uma tomada de decisão ou planejamento”⁸⁸ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 74).

O próximo passo do argumento é pela conjunção de (KRT) com (UT). Assim, se aquelas são verdadeiras, segue-se KR-Prático. Esse princípio generaliza o argumento da relação entre conhecimento e razões, do seguinte modo:

KR-Prático (KRP): Se você sabe que p, p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer ou agir, para qualquer crença ou ação.⁸⁹

Em se tratando de um passo válido, passamos para a próxima premissa do argumento. Essa é responsável por conectar razões para crenças e ações com estar justificado em crenças e ações:

Razões Seguras (SR): se p é uma razão que você tem para crer ou agir, então p é garantia suficiente para justificá-lo em crer ou agir, para qualquer crença ou ação.⁹⁰

knowing that we might draw all sorts of conclusions from them along the way, some practical and some theoretical.”

⁸⁸ No original: ”When p becomes available as a basis for theoretical conclusions, it is ‘barmy’ to ignore p in one’s decision-making and planning”.

⁸⁹ No original, sem a substituição de \emptyset : “If you know that p, then p is warranted enough to be a reason you have to \emptyset , to any \emptyset .”

⁹⁰ No original, sem a substituição de \emptyset : “If p is a reason you have to \emptyset , then p is warranted enough to justify you in \emptyset -ing, for any \emptyset .”

(SR) parte do fato de que, quando ponderamos razões não levamos em conta a probabilidade envolvida, afinal, “Se duas são as razões que você tem, então a chance de que sejam falsas não fica no caminho de qualquer razão justificá-lo em fazer qualquer coisa”⁹¹ (FANTL; McGRATH, 2009, p. 77). Em suma, se eu não estou justificado em crer ou agir não é por falta de garantia suficiente de p . Isso porque, se uma possibilidade é falsa, isso é razão suficiente para descartá-la.

Desse modo, somente contam no raciocínio para decidir sobre uma determinada proposição aquelas que são conflitantes e que, por isso mesmo, tem força para derrotar outras razões.

O último passo do argumento empregado pelos autores na justificação de (KJ) é a Afirmação de conexão:

Afirmação de Conexão (CC): se p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer ou agir então p é garantia suficiente para justificá-lo em crer ou agir, para qualquer crença ou ação.⁹²

Essa última é responsável por garantir, adicional a razões seguras, a substituição de razão possuída pela garantia suficiente, no antecedente.

Nessa seção, o objetivo foi apresentar o argumento de base para o princípio (KJ), que afirma que, em um caso de conhecimento de que p , nenhuma fraqueza na posição epistêmica será o empecilho para encontrar os padrões de justificação. Fizemos avançar o argumento a fim de explicar as premissas em questão. No próximo capítulo, trataremos de discutir algumas fraquezas a partir da literatura relevante. Mas, antes, apresentemos resumidamente a derivação de (KJ).

2.4. Derivando KJ

⁹¹ No original: “If both are reasons you have, then the chance that they are false can’t stand in the way of either reason justifying you in doing anything”.

⁹² No original, sem a substituição de \emptyset : “If p is warranted enough to be a reason you have for \emptyset -ing, then p is warranted enough to justify you in \emptyset -ing, for any \emptyset ”.

A fim de suprir o nosso leitor com um balanço do percurso até o momento, buscaremos expor resumidamente os argumentos em questão. Assumindo que a força da posição epistêmica é determinada *exclusivamente* por fatores relevantes à verdade da proposição, então sentenças da forma *S sabe que P* são epistemicamente determinadas através de uma das duas teses abaixo:

Purismo (Pm): para dois sujeitos, S1 e S2, se S1 e S2 estão em igualdade de força da posição epistêmica com respeito a p, então S1 e S2 estão em igualdade, se estão em posição de conhecer que p.

Impurismo (Im): o quão forte sua posição epistêmica deve ser – quais padrões puramente epistêmicos você deve alcançar – a fim de uma sentença de atribuição de conhecimento ser verdadeira (com um conteúdo e em um contexto de uso fixos), varia de acordo com suas circunstâncias.

Em defesa de (Im), Fantl e McGrath lançam mão do seguinte argumento:

- (1) *KR-teórico* (KRT): se você sabe que p, p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer que q, para qualquer q.
- (2) *Link de Razões* (LR): se você sabe que o fato de que p é uma razão para você crer ou agir, então você tem uma razão para crer ou agir, nomeadamente p.
- (3) *Tese da Unidade* (UT): se p é garantia suficiente para ser sua razão para crer que q, para qualquer q, então p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer ou agir para qualquer crença ou ação.
- (4) *KR-Prático* (KRP): se você sabe que p, p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer ou agir, para qualquer crença ou ação.
- (5) *Razões Seguras* (SR): se p é uma razão que você tem para crer ou agir, então p é garantia suficiente para justificá-lo em crer ou agir, para qualquer crença ou ação.

(6) *Afirmção de Conexão* (CC): se p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer ou agir, então p é garantia suficiente para justificá-lo em crer ou agir, para qualquer crença ou ação.

(1) e (2) são assumidas com base em um apelo intuitivo. (3) pretende generalizar essas intuições. (4) é extraída dedutivamente de (1) e (3). (5) conecta o conhecimento à justificação. (6) Garante a validade da conclusão. Assim, se (1) - (6), então:

(7) *KJ'*: Se você sabe que p , então p é garantia suficiente para justificá-lo teórica e praticamente sobre q , para qualquer q ⁹³.

Importante notar que (*KJ'*), embora prove (*Im*), não mostra a falsidade de (*Pm*). Para isso, é necessário assumir algum tipo de falibilismo.

⁹³ Pensamos não ser desnecessário inserir aqui, a título de comparação, a defesa de (*KJ*) na sua versão dedutiva, tal como os autores a apresentam (Cf. FANTL; McGRATH, 2009, p. 83, n. 27):

(*1) Para todo S , p , se S sabe que p , então para todo \emptyset , p é garantia suficiente para ser uma razão que S tem para \emptyset -ndo.

(*2) Para todo S , p , \emptyset , se p é garantia suficiente para ser uma razão que S tem para \emptyset -ndo, então p é garantia suficiente para justificar S em \emptyset -ndo.

Então,

(*3) Para todo S , p , se S sabe que p , então para todo \emptyset , p é garantia suficiente para justificar S em \emptyset -ndo.

Em que: (1) é (*KRP*); (2) (*CC*), garantida por (*SR*); e (3) é (*KJ*).

3. O DEBATE EM TORNO DA INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA

No capítulo anterior, apresentamos os argumentos de Fantl e McGrath em defesa da Infiltração Pragmática. Neste, iremos analisar objeções de diferentes autores sobre as premissas de (KJ)⁹⁴. A fonte central deste capítulo é o volume especial da revista *Philosophy and Phenomenological Research* sobre a obra *Knowledge in an Uncertain World*.

As primeiras objeções são de Stewart Cohen. Ele defende que há situações que envolvem a tomada de decisão sob riscos assimétricos⁹⁵, que serviriam de contraexemplo a (UT). O comentário de Ram Neta servirá para analisarmos seu poderoso contraexemplo. Batizado de *Problema de Neta* (Neta's Problem), ele questiona a validade de teorias impuristas. Por último, analisaremos as considerações que Baron Reed apresenta em defesa do purismo. Aqui, o autor irá disputar contraexemplos a (KJ).

Apontadas as objeções, explicitaremos as respostas que Fantl e McGrath apresentaram em defesa da Infiltração Pragmática.

3.1. Stewart Cohen

Stewart Cohen inicia sua apreciação do livro mostrando simpatia com a ideia de que razões teóricas possam constrições razões práticas. Contudo, (UT)⁹⁶ é responsável por permitir que razões práticas possam constrições razões teóricas. Esse constrangimento pode ser notado a partir dos exemplos que empregamos no capítulo anterior⁹⁷.

⁹⁴ Em sua forma original: Se você sabe que p, então p é garantia suficiente para justificá-lo em \emptyset -ndo, para qualquer \emptyset . Como apontado no capítulo anterior, manteremos a opção, em nome da clareza, de apresentar esse princípio na seguinte forma: (KJ') Se você sabe que p, então p é garantia suficiente para justificá-lo teórica e praticamente sobre q, para qualquer q.

⁹⁵ A noção de risco aqui é determinada pela noção de garantia suficiente em (KJ'); nesse sentido, ela é equivalente ao teste empregado pelos autores para determinar chances ociosas ou que ficam no caminho.

⁹⁶ (UT): Se p é garantia suficiente para ser sua razão para crer que q, para qualquer q, então p é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para crer ou agir para qualquer crença ou ação.

⁹⁷ Respectivamente, o *Argumento teórico-prático* (1)-(3) e o *Argumento prático-teórico* (1')-(3'): (1) Eu sei que o meu carro está corretamente estacionado. (2) Se eu sei que o meu carro está corretamente estacionado, então estar corretamente estacionado é garantia suficiente para que eu esteja justificado em seguir sentado confortavelmente na cadeira. Então; (3) Eu estou justificado teórica e praticamente em seguir sentado confortavelmente na cadeira.

(1') Se eu sei que o meu carro está corretamente estacionado, então estar corretamente estacionado é garantia suficiente para que eu esteja justificado em seguir sentado confortavelmente na cadeira. (2') Eu não tenho garantia suficiente para estar justificado em seguir sentado confortavelmente na cadeira. Então; (3') Então eu não sei que meu carro está corretamente estacionado.

Para barrar esse bicondicional, o autor inicia analisando um dos exemplos que Fantl e McGrath empregaram:

Em um passeio você se depara com um lago congelado. Você contorna ou caminha sobre o lago congelado? Contornar o lago lhe tomará algum tempo, mas você não quer cair através do gelo. Como você decide? A questão crucial é se o gelo é espesso o suficiente para sustentá-lo. Suponha que você verifique de algum modo (ligando para as autoridades do parque) e venha a saber que o gelo é espesso o suficiente. Então, o gelo ser espesso o suficiente torna-se uma razão para crer em outras coisas (e.g. que é perfeitamente seguro cruzar o lago). Seria, então, muito estranho não permitir que esse conhecimento participe do seu raciocínio prático (FANTL; McGRATH, 2009, p. 73-74)⁹⁸.

A situação de deliberação é a seguinte. Frente a um lago congelado, um determinado sujeito S tem duas possibilidades:

- (1) Cruzar o lago.
- (2) Contornar o lago.

Mas S só poderá decidir entre (1) e (2) condicional a proposição:

- (3) Espesso: o gelo é espesso o suficiente.

Na descrição do caso, por testemunho das autoridades do parque, S recebe a informação que confirma (3). Como vimos, (UT) permite que S possa tomar (3), uma razão teórica, em seu raciocínio prático e agir (1). Tal situação, vimos no capítulo anterior, se deve ao fato de que não segregamos razões para crer e agir. Se tal separação é possível, é por um motivo psicológico. Ainda assim, também exposto no capítulo anterior, os autores dirão que não tomar (3) como razão para (1) seria irracional e excêntrico.

Ainda que Cohen esteja disposto a aceitar que razões para crer poderão ser tomadas como razões para agir, ele dirá que a diferença existente entre elas fica clara em situações em que o risco é massivamente assimétrico. Para isso, ele apresenta o seguinte contra-exemplo para enfrentar (UT):

⁹⁸ No original: “On a hike, you come to a frozen pond. Do you walk across or walk around the frozen pond? Walking around will take a while, but you don’t want to fall though the ice. How do you decide? The crucial issue is whether the ice is thick enough to hold you. Suppose you do some checking (you call the park authorities) and come to know that the ice is thick enough. So the ice is thick enough becomes a reason you have to believe other things (e.g. that it is perfectly safe to cross it). It would then be very odd not to allow this knowledge into your practical reasoning” (F&M, 2009, p.73-74).

Suponha que cruzar o lago ao invés de contorná-lo lhe daria um ganho de somente alguns minutos (e ganhando esses minutos contando como praticamente nada). Suponha também que a água é suficientemente profunda para que, se o gelo quebrar, você irá certamente se afogar⁹⁹ (COHEN, 2012, p. 448).

Como vimos, (3) pode entrar em seu raciocínio prático através de (UT). Mas, nesse caso, será barrada pelo risco excessivo. Afinal, S tem tudo a perder e nada a ganhar. Mas, se é assim, (3) não é garantia suficiente para fazer (1). E *também* não é razão para crer na inferência: Se (1), então (3).

Cohen, a nosso ver, corretamente aponta que Fantl e McGrath dizem que essa inferência, se possível, “licenciaria em dizer (ou simplesmente crer) coisas aparentemente malucas”¹⁰⁰ (COHEN, 2012, p. 449). O autor aponta, então, a importância da distinção entre: (i) ser uma razão para agir e (ii) possuir razões para agir.

Cohen quer mostrar que (ii) é possível independente de (i). Ou seja, se (3) é razão para cruzar, então deve sê-lo independente de sua relação com (ii). Mas isso, como apontamos no capítulo anterior, força Cohen a apresentar uma explicação que torne afirmações do tipo (4), plausíveis, ou seja:

(4) *Estranho*: O gelo é espesso o suficiente e isso é razão para cruzá-lo, mas eu não possuo tal razão.

Cohen admite que (4) é contraintuitiva, mas, ainda assim, pode-se estar justificado em crer nela. Ele aponta que o seguinte princípio garantiria isso:

(NoF) *Nenhum feedback*: se alguém raciocinar da premissa P para a conclusão C via lema L, então se P por si só não suportar C, a inferência de C para L é injustificada¹⁰¹.

Tal princípio, atribuído a Jonathan Weisberg, defende que inferências a partir do corpo evidencial possuído por um sujeito não aumentam a justificação desse mesmo sujeito:

⁹⁹ No original: “Suppose crossing the ice rather than walking around the pond would save at most a few minutes (and saving the few minutes counts for almost nothing). Suppose further that the water is deep enough so that if you break through the ice, you will certainly drown.”

¹⁰⁰ No original: “would license your saying (or simply believing) seemingly crazy things”.

¹⁰¹ No original: “No-feedback: If one reasons from premise P to conclusion C via lemma L, then if P does not by itself support C, the inference from C to L is unjustified.”

Suponha que sua evidência suporte algum lema logo acima do nível para a justificação racional. Mesmo que esse lema seja uma boa razão indutiva para crer em alguma outra conclusão, inferir a conclusão do lema pode resultar que a conclusão tenha um nível de justificação inferior ao limite [requerido para o conhecimento]. Isso quer dizer que nós não podemos permitir que qualquer boa inferência indutiva a partir de um lema que justificadamente cremos renda conclusões justificadas. De acordo com Nenhum feedback, a conclusão será justificada somente se a evidência original suportá-la¹⁰² (COHEN, 2012, p. 450).

O autor propõe um exemplo para mostrar um análogo epistêmico a (4). Em uma investigação, uma pegada de lama é encontrada. Tal pegada é idêntica ao pé do mordomo. Cohen aponta que, ainda que isso seja evidência de que foi o mordomo, essa evidência ainda é fraca. Além disso, se *foi o mordomo* é boa razão indutiva para crer que a empregada sabe quem foi; então:

(5) *Estranho-epistêmico*: foi o mordomo, e isso é razão para crer que a empregada sabe isso. Mas eu não tenho tal razão.

Se *foi o mordomo* não está disponível como razão é porque não há garantia suficiente, uma vez que a evidência disponível é fraca. Se a conclusão vai de encontro ao que Fantl e McGrath defendem, do ponto de vista teórico, Cohen propõe que NoF seja aplicado no raciocínio prático, desse modo:

(*PNoF*) *Nenhum Feedback Prático*: se alguém raciocinar da premissa P para uma intenção de agir I via lema L, então se P por si só não suportar I, então a inferência de L a I é injustificada¹⁰³.

Em suma, tratam-se de princípios que apontam que a premissa inicial de um raciocínio não dá suporte, ou garantia suficiente, para a conclusão, seja ela teórica, seja ela prática. Isso, aplicado ao caso de risco assimétrico, mostraria a diferença entre o uma razão teórica e o uma razão prática, respectivamente: se cruzar o gelo irá suportá-lo, intenção em cruzar. (3) é base

¹⁰² No original: “Suppose your evidence supports some lemma to just above the threshold for rational justification. Even if that lemma is a good inductive reason to believe some further conclusion, inferring the conclusion from the lemma could result in that conclusion having a level of justification below the threshold. This means that we cannot allow that any inductively good inference from a lemma we justifiably believe yields a justified conclusion. According to No-Feedback, the conclusion will be justified only if the original evidence supports it.”

¹⁰³ No original: “Practical No-Feedback: If one reasons from premises P to an intention to act I via lemma L, then if P does not by itself support I, then the inference from L to I is unjustified.”

tanto para o raciocínio prático quanto para o raciocínio teórico. Contudo, somente no raciocínio teórico o testemunho suporta a conclusão. Mas, do ponto de vista prático, dado o risco envolvido, não há garantia suficiente que suporte a intenção de cruzar: NoF impede a inferência prática. Isso apontaria um contraexemplo poderoso contra Fantl e McGrath uma vez que NoF justificaria a crença em (4). Além do que, PNoF seria responsável pela segunda crítica a (UT) porque mostra que sim, razões teóricas e práticas podem ser segregadas.

3.2. Ram Neta

Ram Neta inicia seu comentário situando o *Knowledge in an Uncertain World* enquanto uma resposta à pergunta do falibilismo. Em última análise, o livro defende um condicional: se S conhece que p, então S pode ignorar a chance de que $\sim p$ seja o caso em qualquer situação prática: “Em outras palavras, conhecer p envolve estar em posição de ignorar, em todo seu raciocínio prático, qualquer chance de que p não seja o caso.”¹⁰⁴ (NETA, 2012, p. 456)

Ainda que essa se trate de uma posição plausível, ela implica na negação de outra posição, também plausível: o Purismo (Pm). Em se tratando de posições contraditórias, somente uma das duas é verdadeira. O autor verifica o cerne do problema no fato de que aceitar a infiltração implicaria em abrir mão de que *exclusivamente* as dimensões relevantes para a verdade de p determinam suas condições de verdade¹⁰⁵.

Isso comprometeria os autores com a seguinte conclusão: “Se você sabe que p, para qualquer p, então seus propósitos práticos são tais que é racional para você agir como se p fosse verdadeiro”¹⁰⁶ (NETA, 2012, p. 459). Esse argumento, em conjunção com falibilismo, implica que um sujeito só conhece uma proposição p somente se o risco de erro não for muito alto para S. Isso falsifica o purismo porque esse não considera o risco enquanto fator relevante para a verdade de p. Mas como os autores respondem ao seguinte contraexemplo?

Kate necessita ir a Main Street ao meio dia: sua vida depende disso. Ela está procurando desesperadamente pela Main Street quando, em uma interseção,

¹⁰⁴ No original: “If you know that p, then the chance of your being wrong about p is negligible for all your current practical purposes. In other words, knowing that p involves being in a position to ignore, in all your current practical reasoning, any chance that p is not the case. It is in this sense that, when you know that p, you “can’t” be wrong—in other words, the possibility of your being wrong is negligible for all your current practical purposes.”

¹⁰⁵ Cfme. (FANTL; McGRATH, 2009, p. 27)

¹⁰⁶ No original: “If you know that p, for any p, then your practical purposes are such that it is rational for you to act as if p is true.”

ela observa a placa que indica a rua perpendicular. A placa diz: “State Street”, e a placa perpendicular diz: “Main Street”. Agora, é completamente indiferente para Kate se ela está na State Street – nada depende disso. Então, Kate não se importa, e não tem a mínima razão para importar-se, se ela está na State Street. Mas é muito importante, e há uma grande razão para isso, se ela está na Main Street. Ela olha diretamente para o par de placas que dizem “State” e “Main”. A luz ambiente está perfeitamente normal, assim como a visão de Kate, e ela vê ambas as placas de modo igualmente claro. Ela não tem qualquer razão especial para crer que qualquer uma dessas placas não é acurada, embora ela não tenha qualquer razão especial para pensar que qualquer uma dessas placas é mais acurada que a outra. Não há mais nada fora do usual sobre as circunstâncias. (...) Kate sabe que ela está na State mas não sabe que ela está na Main? (NETA, 2007, p. 182-183)¹⁰⁷.

Tal exemplo, batizado de *Problema de Neta*, foi utilizado pelo autor contra a infiltração pragmática proposta por Jason Stanley (2005)¹⁰⁸. Mas, na verdade, o problema representa um desafio para qualquer infiltrador.

Kate tem, do ponto de vista do purismo, evidência suficiente para reconhecer o que diz na placa. Se somente os fatores relevantes para a verdade da proposição contam para que ela saiba que está na State com Main, então ela sabe que está lá, independente do risco prático envolvido.

Porém, do ponto de vista da infiltração, ou Kate sabe que está na State com Main, e, portanto, age sobre a proposição, ou ela não sabe que está na State com Main, e, portanto, deve investigar mais – afinal, é importante que ela saiba onde fica Main.

Fantl e McGrath, ao analisarem o problema (2009, p.201-208) apontam quatro possibilidades:

- (6) Kate sabe que está na State com Main.
- (7) Kate sabe que está na State, mas não sabe que está na Main.
- (8) Kate não sabe que está na State, mas sabe que está na Main.
- (9) Kate não sabe que está na State e não sabe que está na Main.

¹⁰⁷ No original: “Kate needs to get to Main Street by noon: her life depends upon it. She is desperately searching for Main Street when she comes to an intersection and looks up at the perpendicular street signs at that intersection. One street sign says “State Street” and the perpendicular street sign says “Main Street.” Now, it is a matter of complete indifference to Kate whether she is on State Street—nothing whatsoever depends upon it. So Kate does not care, and has not the slightest reason to care, whether she is on State Street; but she very much cares, and has great reason to care, whether she is on Main Street. She looks straight at the pair of street signs that say “State” and “Main.” The ambient lighting is perfectly normal, and Kate’s eyesight is perfectly normal, and she sees both street signs equally clearly. She has no special reason to believe that either street sign is inaccurate, though she also has no special reason to think either one of them any more likely to be accurate than any other street sign. There is nothing else unusual about the circumstances. (...) Does Kate know that she is on State but not know that she is on Main?” (NETA, 2007, 182-183).

¹⁰⁸ Aqui ficaremos neutros se Jason Stanley consegue dar uma resposta adequada para o problema. Sobre isso, ver Stanley (2007).

A (8) é absurda tanto para puristas quanto para infiltradores. (KJ) parece comprometê-los com (7). Afinal, porque há muito interesse em Kate saber onde fica Main, ela não poderia fiar em uma placa. Contudo, porque não há interesse de Kate em saber onde fica State, ela estaria em posição de saber isso.

Ponderando sobre o *Problema*, no contexto do livro, os autores introduzem dois princípios que dizem respeito à garantia requerida para justificar ação sobre proposições relacionadas:

Princípio da garantia global: se sua posição epistêmica com respeito a p não é mais forte que sua posição epistêmica com respeito a q, então, para todo \emptyset , se q não é garantia suficiente para justificá-lo em \emptyset -ndo, p não é garantia suficiente para justificá-lo em \emptyset -ndo¹⁰⁹.

Princípio de garantia local: se sua posição epistêmica com respeito a p não é mais forte que sua posição epistêmica com respeito a q, e p é próximo o suficiente de q, então, para todo \emptyset , se q não é garantia suficiente para justificá-lo em \emptyset -ndo, então não será p.¹¹⁰

Combinando (KJ) com o *Princípio da garantia local*, os autores conseguem fugir de (7) em função de (9). Assim, se Kate não sabe – e não está justificada em agir sobre – a proposição “estou na State”, também não pode fazê-lo sobre a proposição “estou na Main”. Tal posição desconfortável poderia ser evitada se assumissem o *Princípio da garantia global*. Combinado com (KJ), Kate teria garantia suficiente para (6), mas sob o risco de assumir um tipo de purismo¹¹¹:

Purismo Intra-subjetivo é predicado pelo Princípio de garantia global e KJ – o mesmo KJ que figura tão crucialmente (em conjunção com o falibilismo) no argumento de que o purismo geral é falso. (...) Enquanto aceitamos o

¹⁰⁹ No original: “If your epistemic position with respect to p is no stronger than your epistemic position with respect to q, then, for all \emptyset , if q isn’t warranted enough to justify you in \emptyset -ing, p isn’t warranted enough to justify you in \emptyset -ing.”

¹¹⁰ No original: “If your epistemic position with respect to p is no stronger than your epistemic position with respect to q, and p is close enough to q, then, for all \emptyset , if q is not warranted enough to justify you in \emptyset -ing, then neither is p.”

¹¹¹ Os autores irão denominar de purismo intrasubjetivo (FANTL; McGRATH, 2009, p. 204) em que, para qualquer proposição que exija um determinado nível de justificação para conhecê-la, se S conhece p, então está em condições de conhecer q.

purismo intra-subjetivo, porque não aceitar o purismo geral? Resposta: porque um dos princípios que nos mostra que o purismo intra-subjetivo é verdadeiro é o mesmo princípio (em conjunção com falibilismo) que mostra que o purismo é falso¹¹² (FANTL; McGRATH, 2009, p. 205).

Mas por que não aceitar o purismo? Aqui, aponta Neta, os autores parecem reconhecer que aceitar o *Princípio global* implicaria em um tipo de purismo, o que levaria à seguinte pergunta: por que não aceitar o purismo *em geral*?

Por outro lado, o *Princípio global*, de acordo com Neta, é *ad hoc*, porque sua única utilidade é solucionar o problema de conjunções implausíveis. Assim, de qualquer modo, a defesa da infiltração pragmática de Fantl e McGrath defendida nos termos de uma teoria invarianista e impurista (porque sensível ao sujeito) ficaria à mercê de uma explicação purista que acomodasse os princípios em questão.

3.3. Baron Reed

Baron Reed inicia seu comentário situando o *Knowledge in an Uncertain World* na contracorrente da epistemologia por conta de (KJ). Tal princípio, responsável por conectar o prático e o teórico de um modo não tradicional, é produto de três fontes intuitivas. A primeira fonte diz respeito ao papel do conhecimento na avaliação de atitudes. A segunda fonte é o modo como as pessoas explicam por que agiram como agiram. A terceira fonte são os exemplos com a mesma estrutura dos Casos do Banco: dois sujeitos que possuem interesses práticos distintos, ainda que se encontrem na mesma posição epistêmica, correspondem a diferentes atribuições de conhecimento.

Sua primeira objeção é expressa na formulação¹¹³ de um contraexemplo em que o risco é tão alto que é irracional agir sobre o conhecimento:

Eu estou fazendo parte de uma pesquisa psicológica que testa os efeitos do estresse na memória. Sou questionado: quando Júlio César nasceu? Se eu responder corretamente, ganho uma bala. Se eu der uma resposta incorreta, recebo um terrível choque elétrico. Nada acontece se eu não responder nada. Eu me lembro que César nasceu em 100 d.C., mas eu não tenho certeza se

¹¹² No original: “Intra-subjective purism, then, is predicted by the Global Warrant Principle and KJ—the very same KJ that figures so crucially (in conjunction with fallibilism) in the argument that purism generally is false. Why not go all the way, then? As long as we’re accepting intrasubjective purism, why not accept purism generally? Answer: because one of the principles that show us that intra-subjective purism is true is the very same principle (in conjunction with fallibilism) that shows us that purism is false.”

¹¹³ Ou reformulação, uma vez que esses exemplos foram empregados pelo mesmo autor (2010), e similares foram apresentados por Jessica Brown (2008).

vale a pena arriscar ser eletrocutado. Ainda assim, eu silenciosamente digo para mim mesmo: “Eu sei que foi em 100d.C.”¹¹⁴ (REED, 2012, p. 467).

Tal situação demonstraria um contraexemplo a (KJ), na medida em que o sujeito conhece a proposição, está em uma situação de risco prático e, ainda assim, não age sobre a proposição em questão¹¹⁵. Quando o exemplo é analisado no interior do livro (2009, capítulo 3), Fantl e McGrath respondem revisando o caso. Defendem os autores que o sujeito, na verdade, não se representa realmente enquanto conhecedor. Se assim fosse, agiria sobre a proposição afirmando que sabe quando Júlio César nasceu. E isso não é o caso, porque o risco prático está influenciando-o.

Reed aceita a revisão. Embora manifeste seu desconforto: o problema em si não parece ter sido enfrentado pelos autores. De qualquer modo, ele retoma, do mesmo artigo, outro contraexemplo.

A pesquisa psicológica modifica-se de tal modo que eu estou disputando duas recompensas/punições ao mesmo tempo. O primeiro como o anterior: ganho uma bala por uma resposta correta e um choque horrível se respondo incorretamente. Mas, no segundo jogo, eu ganho \$1000 por uma resposta correta e somente um tapinha no pulso por uma resposta errada. Nos dois jogos, nada ocorre se eu não responder, e eu posso utilizar diferentes estratégias nos dois. Ambos iniciam quando sou questionado: quando Júlio César nasceu? Eu nada respondo no primeiro jogo, mas, no segundo, digo “100 d.C.”¹¹⁶ (REED, 2012, p. 467).

Reed aponta que somente três respostas são possíveis. A primeira é a de que o sujeito conhece a proposição no segundo jogo mas não no primeiro. A fim de evitar a contradição de que o sujeito sabe e não sabe a mesma proposição, relativiza-se conhecimento com fatores práticos. Mas, diz o autor, essa solução não é boa porque “não dizemos ‘relativo a *aquela*

¹¹⁴ No original: “I am taking part in a psychological study that tests the effects of stress on memory. I am asked a question: when was Julius Caesar born? If I give the correct answer, I get a jelly bean. If I give an incorrect answer, I am given a horrible electric shock. Nothing happens if I give no answer. I remember that Caesar was born in 100 bc, but I am not so sure of it that it is worth risking electrocution. Nevertheless, I quietly say to myself, ‘I know it’s 100 bc.’”

¹¹⁵ Talvez o leitor suponha que se trata de um problema de certeza. Sobre isso, cabe lembrar que os autores apontam duas defesas. Não pode se tratar de um problema de certeza no sentido Bayesiano porque, nos Casos do Banco, Keith mantém o mesmo grau de certeza – isso é explicitamente estipulado por DeRose. Se se trata de um problema de crença, então a objeção teria que mostrar como relaciona-se crença, certeza e ação. Por outro lado, se certeza equivale a uma necessidade para conhecer (conhecimento só é possível com um alto grau de certeza), isso não afeta a Infiltração. Sobre isso, ver Fantl e McGrath (2009, capítulo 2), (2011) e (2012d).

¹¹⁶ No original: “The psychological study changes so that I am playing two reward/punishment games at the same time. The first is as before: I’ll get a jelly bean for a correct answer, and a horrible electric shock for one that is incorrect. But, in the second game, I get \$1000 for a correct answer and only a gentle slap on the wrist for a wrong answer. In both games, nothing happens if I fail to answer, and I can take different strategies in the two games. Both games begin when I am asked: when was Julius Caesar born? I give no answer in the first game, but I answer “100 bc” in the second.”

peessoa, eu sei que meu nível de álcool é alto, mas relativo ao policial, eu não sei”¹¹⁷ (REED, 2012, p 468). A segunda resposta possível seria dizer que o sujeito não sabe quando Júlio César nasceu. Mas essa resposta encontra o problema em explicar por que o sujeito responde no segundo jogo – o que indicaria uma separação radical entre o epistêmico e o prático. Reed se propõe a defender uma terceira resposta: dizer que o sujeito está correto nos dois casos – no primeiro, em que não responde mas sabe, e no segundo, em que sabe e responde. Mas isso é incompatível com (KJ), porque o conhecimento não é garantia suficiente para agir sobre a proposição:

Não é que o conhecimento garanta razões seguras em qualquer situação, mas porque o conhecimento pode ser usado como razão somente quando é seguro fazê-lo. Mas essa conclusão fraca não sobescreve uma condição pragmática no conhecimento¹¹⁸ (REED, 2012, p. 468).

Mas isso obrigaria Fantl e McGrath a defenderem a conclusão fraca de que o conhecimento é necessário para agir, mas não vice-versa. Afinal, teríamos um caso legítimo em que um sujeito conhece uma proposição e isso não é condição suficiente para agir sobre ela.

A segunda carga de Reed contra (KJ) diz respeito a situações do tipo do *Livro Holandês*¹¹⁹. Ou seja, situações em que você tem conhecimento, e a ação sobre ele seria irracional. Ele propõe o exemplo de um corretor confiável que diz que é bom investir em BXD porque ela irá subir:

Eu tenho um corretor, que é extremamente confiável em escolher ações. Ela me diz que uma ação de biotecnologia, BXD, é um investimento a longo prazo bom e que ela pode mover um quarto dos meus bens para ações BXD. Dado o seu testemunho, eu sei que ele aumentará em valor, por isso eu concordo. Uma hora depois, ela me diz que ela agora pode mover outro quarto dos meus bens em BXD. Eu sei que isso aumentará em valor, então eu concordo. Uma hora mais tarde, a mesma coisa acontece. Quando ela me chama, pela quarta vez, ela se oferece para mover meus bens remanescentes na BXD. Mas ela também aponta que eu teria, então, todos os meus bens amarrados em uma única ação, o que é uma coisa muito arriscada de se fazer. Não é racional para mim comprar mais ações do BXD – de fato, as apostas tornaram-se muito altas. Dado KJ, isso significa (...) que eu não sei

¹¹⁷ No original: “We never do say things like, ‘Relative to *that* guy, I know my BAC is under the limit. But, relative to the cop standing next to him, I don’t know it.’”

¹¹⁸ No original: “It’s not that knowledge gives you safe reasons in any situation, but rather that knowledge can be used as a reason only when it is safe to do so. But that much weaker conclusion does not underwrite a practical condition on knowledge.”

¹¹⁹ O argumento do livro holandês é uma situação de aposta em que o sujeito perde sempre. Ver Pollock; Cruz(1999, p. 94-98).

mais que as ações aumentarão em valor. Eu digo a minha corretora para vender todas as minhas ações no BXD. Depois de uma hora, ela me chama de volta para me lembrar que BXD é um bom investimento a longo prazo. Tendo vendido todas as minhas ações, isso não é mais uma proposta de apostas altas para mim. Reflito que ela é confiável em suas dicas de ações, e eu novamente venho a saber que a BXD vai subir em valor. Então, eu aceito sua oferta para mover um quarto dos meus bens para BXD. E assim por diante.¹²⁰ (REED, 2012, p. 469)

Supondo que:

(10) O corretor cobra cada transação.

(11) Não há razão para o investimento parar.

Reed afirma que (KJ) permitiria tanto a compra quanto a venda de ações. Mas isso é, do ponto de vista do corretor, uma situação de ganho sempre (independente da situação do investimento). Ainda que se pudesse dizer que o ganho do investidor é possível, ainda assim:

Mesmo que eu *possa* agir sobre meu conhecimento de que BXD irá provavelmente valorizar, KJ diz que eu *devo* poder agir em meu fraco conhecimento de que BXD irá valorizar. O fato de que eu não posso fazer isso sem entrar em uma forma séria de irracionalidade põe um enorme problema para KJ. Além disso, conhecer que BXD provavelmente irá valorizar pode, no final, levar ao mesmo problema¹²¹ (REED, 2012, p. 469).

A terceira objeção de Reed pretende apontar uma circularidade de KJ. Isso porque, se em situações de risco é mais difícil o sujeito ter conhecimento, assim que o risco desaparece, ele passaria a ter conhecimento. Aplicado ao caso da bolsa, supondo-se que o corretor dissesse que BXD é um bom investimento a longo prazo, o princípio diria que ele está

¹²⁰ No original: “I have a broker who is extremely reliable at picking stocks. She tells me that a biotech stock, BXD, is a good long term investment and that she can move a fourth of my assets into BXD stock. Given her testimony, I know that it will go up in value, so I agree. An hour later, she tells me that she can now move another fourth of my assets into BXD. I know it will go up in value, so I agree. An hour later, the same thing happens. When she calls me for the fourth time, she offers to move my remaining assets into BXD. But she also points out that I would then have all of my assets tied up in a single stock, which is a very risky thing to do. It’s not rational for me to buy more shares of BXD – in fact, the stakes have become too high. Given KJ, this means (...) that I no longer know that the stock will go up in value. I tell my broker to sell all of my shares in BXD. After an hour, she calls back to remind me that BXD is a good long term investment. Having sold all my shares, this is no longer a high stakes proposition for me. I reflect that she is reliable in her stock tips, and I again come to know that BXD will go up in value. So, I take her up on her offer to move a fourth of my assets into BXD. And so on.”

¹²¹ No original: “even if I *could* act on my knowledge that BXD will probably go up in value, KJ says that I *should* be able to act on my flat-out knowledge that BXD will go up in value. The fact that I can’t do this without lapsing into a serious form of irrationality poses an enormous problem for KJ. Moreover, knowledge that BXD will probably go up in value will, in the end, lead to the very same problem.”

justificado em investir um pouco do meu dinheiro. Mas manter o investimento pequeno é fugir de um grande ganho. Logo, devo investir mais. Mas, quando isso se torna muito arriscado, eu retiro meu dinheiro porque não sei mais se se trata de um bom investimento a longo prazo. O problema é que “não há parada estável para a minha deliberação”¹²² (REED, 2012, p. 470).

KJ implica que,

(...) enquanto é indeterminado se é racional para mim agir em meu suposto conhecimento, será indeterminado se minha crença é realmente conhecimento. Uma vez que é claro que a ação é racional, então também é claro que minha crença é conhecimento. Mas isso é colocar a carroça na frente dos bois¹²³ (REED, 2012, p. 470).

3.4. Réplicas de Fantl e McGrath

3.4.1. *Contra Cohen*

Retomemos resumidamente a crítica do autor. Ele visa falsificar (UT) em casos de assimetria massiva de risco. No exemplo do gelo:

(1') não tem problema cruzar o gelo.

(1') não parece ser garantia suficiente para agir sobre a proposição, ou seja, cruzá-lo. Afinal, condicional ao risco de:

(2') se o gelo não sustentar meu corpo, eu morro.

(3') perder alguns minutos.

O racional é contornar o lago congelado. Contudo, Cohen defende que não. O sujeito sabe a proposição do ponto de vista teórico, mas não está autorizado a agir sobre a mesma. Uma vez que o ônus da prova é explicar como é possível segregar razões, e dado que essa

¹²² No original: “there is no stable stopping point in my deliberation”.

¹²³ No original: “so long as it is indeterminate whether it is rational for me to act on my purported knowledge, it will be indeterminate whether my belief really is knowledge. Once it is clear that the action is rational, then it will also become clear that my belief is knowledge. But this is to put the cart before the horse.”.

segregação é avaliada como “excêntrica”, o autor concede que afirmações estranhas¹²⁴ podem ser enunciadas, e isso é amparado por um princípio que explica a segregação de razões teóricas e práticas.

Para defender tal princípio, Cohen recorre a (NoF), que permitiria que um raciocínio:

(4') Pegadas de lama são equivalentes as do mordomo.

(5') Foi o mordomo.

(6') A empregada sabe isso.

permita conhecer proposições estranhas¹²⁵; afinal, a relação entre as inferências (4')-(5') e (5')-(6') é diferente, a saber: a primeira o sujeito conhece, e a segunda, não, ele só tem crença justificada. Tal situação seria análoga à do gelo, em que:

(7') Testemunho dos agentes do parque.

(8') (E) O gelo é espesso o suficiente.

(9') Intenção em cruzar.

Mas, Fantl e McGrath questionam a analogia com base no fato de que, nesse caso, (1') é uma razão que não apresenta perda de justificção, ao invés do caso do mordomo. Ainda assim, isso parece indicar que

Esses casos indicam que, quando p é pouco conhecido, p pode ser garantia suficiente para justificá-lo a crer em proposições e em agir, que apoia *fortemente*, mas não garante suficientemente justificá-lo na crença de proposições ou em ações que suporta de modo mais fraco. (2012, p. 474)¹²⁶

Mas isso só pode ser verificado a partir de um teste sobre o que é uma garantia suficiente. Tal teste, como os autores mostraram no livro (FANTL, McGRATH, 2009, p. 67-68), é negativo porque implica em supor hipoteticamente qual característica falhou e modificá-la a ponto de que ela garanta o resultado mantendo o cenário idêntico:

¹²⁴ Como vimos anteriormente, o exemplo é: o gelo é espesso o suficiente e isso é razão para cruzá-lo, mas eu não possuo tal razão.

¹²⁵ Anteriormente: Estranho-epistêmico - Foi o mordomo, e isso é razão para crer que a empregada sabe isso. Mas eu não tenho tal razão.

¹²⁶ No original: “These cases might seem to indicate that when p is barely known, p can be warranted enough to justify believing propositions and doing actions it strongly supports but not warranted enough to justify believing propositions or doing actions it less strongly supports.”

Teste 1: A luz não liga. Para ver se elas queimaram, substitua as lâmpadas. Se elas ligarem, o problema foram as lâmpadas queimadas.

Teste 2: O pão não cresceu. Para ver se o fermento foi o problema, faça o pão de novo, exatamente do mesmo modo mas com um novo fermento. Se o pão cresceu, o fermento antigo estava ruim.

Mas as situações em que o sujeito possui pouca justificção em p a ponto de mal e mal prover garantia suficiente, o teste indicado não consegue ser conclusivo:

(...) as luzes do carro não ligam. Deve haver um número potencial de razões para que elas não liguem. As lâmpadas queimaram. A bateria pode ter morrido. O fusível pode ter estourado. Qual delas é? O teste no livro [*Knowledge in an Uncertain World*] recomenda trocar as lâmpadas. Se elas ligam, as lâmpadas antigas eram o problema. Alternativamente, você pode trocar o fusível. (...) O mesmo com a bateria. Mas isso negligencia a possibilidade de que múltiplas partes do sistema possam estar individualmente boas (ainda que não tão perfeitas) (...) ¹²⁷ (FANTL; McGRATH, 2012, p. 476).

O fato de que mais de uma parte não tem seu funcionamento perfeito pode acarretar que a falha seja pela conjunção dessas pequenas falhas acumuladas. Talvez fosse necessário trocar uma das partes, talvez ambas. Desse modo, o novo teste deve combinar uma situação ideal com respeito aos fatores, equalizando os fatores práticos envolvidos:

P é garantia suficiente para justificá-lo em \emptyset -ndo sse, assumindo que todo o resto relevante para se P justifica você em \emptyset -ndo em uma situação de risco ideal, mas mantendo fixa sua posição epistêmica com respeito a p e sua situação de risco, p justifica você em \emptyset -ndo ¹²⁸ (FANTL; McGRATH, 2012, p. 477).

Reconsiderando o caso do mordomo, embora com base nas evidências e no risco em questão não seja possível ter a crença justificada de que *a empregada sabe que foi o mordomo*, supondo uma situação ideal a partir do novo teste essa inferência é possível. Ou seja, com esse argumento, Fantl e McGrath reestabelecem a plausibilidade de (UT),

¹²⁷ No original: “the car whose headlights won’t turn on. There are a number of potential reasons why they won’t. The bulbs might be burnt out. The battery might be dead. The fuse might be blown. Which one is it? The test in the book would recommend changing the bulbs. If the headlights now turn on, the old bulbs were the problem. Alternatively, you could replace the fuse. (...) Same with the battery. But this overlooks the possibility that multiple parts of the system might be individually fine (though less than perfect).”

¹²⁸ No original: “p is warranted enough to justify you in \emptyset -ing iff, on the assumption that everything else relevant to whether p justifies you in \emptyset -ing in that stakes situation is ideal, but holding fixed your epistemic position with respect to p and your stakes situation, p justifies you in \emptyset -ing.”

mostrando como, em situações aonde há pouca justificação que garanta suficientemente \emptyset , não há espaço para a segregação.

Por último, os autores consideram a situação dos riscos massivamente assimétricos. Na situação do passeio em que o sujeito contorna o lago ao invés de atravessá-lo, ainda que com a evidência das autoridades do parque de que o gelo é espesso o suficiente, defendem os autores que seria absurdo pensar que esse tipo de raciocínio é correto. O raciocínio correto é: “não posso atravessar o lago porque minha evidência para fazê-lo não é boa o suficiente”; e não, “não posso atravessar o lago porque o risco é muito alto”.

3.4.2. *Contra Neta*

Ram Neta direcionou sua crítica ao impurismo. Nesse sentido, o autor aceita (KJ) e (UT), mas recusa o dilema: falibilismo ou purismo. Isso porque, segundo o autor, o impurismo cria situações em que a posição epistêmica do sujeito é forte o suficiente para garantir conhecer p e q , mas os infiltradores, por conta do impurismo, ou aceitam que o sujeito conhece p e não conhece q , ou que não conhece nem p nem q . Esse é o *Problema de Neta*: ao assumir o impurismo, os autores se comprometeriam em aceitar conjunções implausíveis.

Fantl e McGrath comentam: há impurismos e impurismos. Um tipo é aquele defendido por Stanley (2005) e que recai sobre o problema de Neta: o sujeito sabe que p e não sabe que q , embora esteja em posição epistêmica forte o suficiente para saber que p e que q . Uma vez que esse tipo de conjunção é implausível, os autores apontam no livro os princípios de garantia global e local. Enquanto que o global implica em purismo intrasubjetivo, o local implica em “infiltração” intrasubjetiva. Trata-se de princípios *ad hoc*?

O princípio global surge para dar suporte a esse tipo de intuição:

se p não é garantia suficiente para ser uma razão que você tem para \emptyset , então se q não tem mais garantia do que p , como pode q ser garantia suficiente para ser uma razão que você tem para \emptyset – independente de se q suporta as conexões corretas com \emptyset -ndo? Raciocinar de q para \emptyset -ndo pode ser criticável com base que q não é garantia suficiente, assim como raciocinar de p para \emptyset -ndo seria¹²⁹ (FANTL; McGRATH, 2012, p. 482-483).

¹²⁹ No original: “if p isn’t warranted enough to be a reason you have to \emptyset , then if q has no more warrant than p , how could q be warranted enough to be a reason you have to \emptyset – irrespective of whether q bears the right connections to \emptyset -ing? Reasoning from q to \emptyset -ing would be criticizable on the basis that q wasn’t warranted enough, just as much as reasoning from p to \emptyset -ing would be.”.

Mas, respondem Fantl e McGrath, se esse princípio entra em cena para que sejam resguardadas intuições que estão presentes no *problema de Neta*, ele também introduz novas dificuldades. Uma vez que ele é responsável por barrar que *Kate sabe que está em State e não sabe que está em Main* indicando que ela não sabe ambas, tal tipo de barreira poderia negar o proferimento de proposições irrelevantes com sua situação prática, tal como responder o que ela comeu no café da manhã. Contudo, afirmam os autores, se o princípio local explica as intuições em questão, ainda assim “os autores não possuem uma explicação de *por que* o princípio local ao invés do global seria verdadeiro”¹³⁰ (FANTL; McGRATH, 2012, p. 484).

3.4.3. *Contra Reed*

Os autores iniciam sua réplica apontando que Reed é um defensor do invariantismo estável; invariantismo, porque há um limite fixo da posição epistêmica, e estável, porque nega a instabilidade da sensibilidade contextual sobre as atribuições de conhecimento. Mas, se isso está correto, (KJ) é falsa.

Porém, mesmo que os exemplos possam funcionar contra (KJ), Fantl e McGrath insistem que a discussão não pode ficar na oposição de intuições entre situações, porque pode ser tão natural negar quanto atribuir conhecimento em casos desse tipo. O problema é como decidir entre essas intuições. Por isso, os autores dizem que o primeiro exemplo é fraco porque o que ele apresenta é somente uma situação, e ela não é suficiente pra ilustrar melhor (KJ) ou o invariantismo estável.

Mas Reed apresenta outro exemplo similar em que o risco é maior. Enquanto que falar ou não falar, no primeiro caso coloca o sujeito entre tomar um choque horrível ou ganhar uma bala; no segundo, a situação é: ou ganhar mil dólares, ou um tapinha no rosto. Com base nessa situação, o autor quer defender que, se no primeiro jogo o sujeito sabia, também sabe no segundo. E mais: o sujeito deve afirmar no segundo e não no primeiro. Fantl e McGrath negam essa ideia, afinal (KJ) aponta na direção contrária.

O fato é que há uma diferença significativa entre o primeiro e o segundo jogo, afinal, no segundo, poderíamos supor que o sujeito tem conhecimento da probabilidade da relação risco/ganho, do testemunho (seja de livros, seja de aulas de história), etc. Se uma dessas proposições consegue garantir a ação, é porque se está agindo com base no conhecimento,

¹³⁰ No original: “we do not have an account of *why* the local principle rather than the global would be true.”

“mas não no conhecimento de que César nasceu em 100 d.C.” (FANTL;McGRATH, 2012, p. 486)¹³¹. O problema de Reed com esse tipo de resposta seria, então, o fato de que poderia se generalizar esse raciocínio; afinal, se a probabilidade (da equação risco/ganho ou do testemunho estar correto) é garantia suficiente, por que não seria em qualquer caso? Mas, defendem os autores, esse não é um problema real – e, a fim de mostrar isso, apresentam o exemplo de uma situação de deliberação.

Um sujeito S pretende sair para um passeio. Se ele vê que está chovendo, age sobre o fato em questão, pegando o guarda-chuva. Por outro lado, podemos imaginar uma outra situação em que o sujeito pega o guarda-chuva porque ouviu no rádio que há chance, digamos de 40% de chover. Um sujeito age sobre a proposição conhecida “está chovendo”, enquanto que outro age sobre a proposição conhecida “ouvi no rádio que há 40% de chance de chover”. Isso é análogo ao segundo exemplo: o sujeito joga o segundo jogo e responde, porque provavelmente tem a resposta correta. Dizem eles: “nada sobre KJ ou infiltração pragmática diz contra essa opção. O que é contrário a isso é a diferença entre o raciocínio a partir de probabilidades e raciocinar a partir de fatos.”¹³² (FANTL; McGRATH, 2012, p. 487). Nesse sentido, KJ pretende permitir inferências desse tipo.

Sobre os casos da bolsa BXD. São situações na qual o corretor confiável informa que irá subir o valor da bolsa. Mas quanto mais o cliente investe seu dinheiro, torna-se arriscado, e o sujeito perde conhecimento sobre a proposição “a bolsa vai subir”. E isso acontece repetidamente. Além disso, o corretor ganha sempre, porque, a cada transação, ele recebe dinheiro independente do valor do investimento.

Fantl e McGrath dizem que (KJ) não implica em investir somente se o sujeito sabe a proposição “BXD irá valorizar”, porque poderia saber que a bolsa terá alta probabilidade de valorizar. Na verdade, salientam, em casos reais da bolsa de valores, ninguém conhece a proposição “a ação x irá valorizar”. Mas, mesmo nesse caso ideal, se alguém tem esse tipo de conhecimento, deve investir; se tem o conhecimento “há uma chance de x da bolsa subir”, e essa chance equalizada com outras preferências do sujeito (o quanto de dinheiro ele precisa para se alimentar, por exemplo), então ele estaria suficientemente garantido em agir sobre a proposição. Analogamente, é com base nesse tipo de raciocínio que nós colocamos nossos dinheiros em bancos – e não o enterramos ou o colocamos no colchão. Agimos desse modo justificando tal atitude em razão de que os bancos não irão falir. Por analogia, assim como nós

¹³¹ “just not knowledge that Caesar was born in 100 BC.”.

¹³² No original: “Nothing about KJ or pragmatic encroachment tells against this option. What tells against it is the difference between reasoning from probabilities and reasoning from facts.”.

utilizamos bancos (porque temos boa evidência que garanta isso), e se o caso pode ser compreendido analogamente, então é razoável investir todo o dinheiro “ou, ao menos, o tanto quanto possível, dadas suas outras necessidades e o fato de que outras ações poderão subir mais”¹³³ (FANTL; McGRATH, 2012, p. 488).

Ao fim e ao cabo, Fantl e McGrath dizem que Reed não consegue apontar qual passo do argumento de KJ produz o erro. Trata-se de um problema de razão para crer ou para agir? Se o sujeito sabe que a bolsa vai subir, (KRP) autoriza que investir o máximo possível garante os melhores resultados, e que se eu não investir todo dinheiro possível, não terei os melhores resultados. Mas isso diz respeito ao que é razão para crer. Desse modo, as críticas de Reed são desviadas por Fantl e McGrath.

¹³³ No original: “or, at least, as much of it as is possible, given his other needs and the fact that other stocks might go up more”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Infiltração Pragmática, embora recente, traz consigo diversas polêmicas. Nossa intenção aqui foi a de discriminar os campos que a teoria abarca: semânticos, metafísicos e epistêmicos. Em segundo lugar, buscamos determinar como a teoria concebe a relação entre o conhecimento e fatores práticos. Nesse sentido, vimos como tal teoria busca expandir os limites da epistemologia tradicional – e, com isso, alavanca discussões em outras áreas relacionadas.

Alvin Goldman, por exemplo, relaciona a importância da Infiltração Pragmática para a discussão da Epistemologia Social – campo que investiga as propriedades epistêmicas envolvidas nas relações entre sujeitos ou mesmo instituições:

(...) dado que um tópico T merece atenção ou energia, questões sobre quais tipos de evidência são relevantes (...) e como coletar esse tipo de evidência entram em jogo. Essas escolhas são enquadradas na epistemologia, ao menos largamente compreendida. (...) mesmo que um resíduo do prático infunde essas decisões (e.g. o quanto de tempo e dinheiro para devotar a coleta de evidências), a epistemologia recente abundantemente mostrou que a matéria epistêmica em geral não pode ser divorciada do prático. Na análise tanto do conhecimento e justificação, proponentes da tese da ‘infiltração pragmática’ argumentaram persuasivamente que padrões de avaliação epistêmica são reduzidos ou aumentados em função de interesses práticos (...). Descobrir que fatores pragmáticos similares tem um papel na coleta de evidências não deve remover esse tipo de atividade da esfera epistêmica.¹³⁴ (GOLDMAN, 2010, p. 10)

Outra área de influência são os testes empíricos – ou filosofia experimental - onde são submetidos grupos e indivíduos a testes cognitivos a fim de analisar (contrapondo ou verificando) as intuições que as teorias epistemológicas apontam (cf. SRIPADA; STANLEY, 2012).

A título de conclusão, como pretendemos mostrar nessa dissertação, o chamado purismo representa o princípio que funda a distinção entre o que é propriamente epistêmico e o que não é, ou mesmo, entre o epistêmico e o pragmático. Ainda assim:

¹³⁴ No original: “given that topic T deserves attention or energy, questions about which kinds of evidence are relevant (...) and how to gather such evidence come into play. These choices are squarely epistemic, at least largely so. (...), even if a residue of the practical infuses these decisions (e.g. how much money and time to devote to evidence gathering), recent epistemology has abundantly shown that epistemic matters in general cannot be divorced from the practical. In the analysis of both knowledge and justification, proponents of the ‘pragmatic encroachment’ thesis have persuasively argued that standards of epistemic assessment are raised and lowered as a function of practical interests (...). Finding that similar pragmatic factors play a role in evidence gathering should not remove this type of activity from the epistemic sphere”

O descuido em um esquema de classificação pode produzir a conclusão de que intelectualistas (aqueles que rejeitam a infiltração pragmática sobre a natureza do conhecimento) devem afirmar que conhecimento e prático não possuem relação interessante entre si. Contudo, isso não é o caso. Uma versão do intelectualismo (...) pode afirmar que o conhecimento é importante e tem valor em parte por que é o tipo de coisa que alguém pode legitimamente confiar em assuntos práticos.¹³⁵ (KVANVIG, 2011, p. 78)

Nesse sentido, nosso percurso foi buscar a resposta dos infiltradores para o lugar da relação entre o prático e o epistêmico – e não investigar essa relação em geral. Com esse intuito, no primeiro capítulo, buscamos reconstruir o debate no cenário epistemológico para situar dois pontos: a relação entre atribuição de conhecimento e a natureza do conhecimento. Também buscamos determinar como a infiltração pragmática se situa frente a outras correntes da epistemologia – invariantistas e variantistas.

No segundo capítulo apresentamos os argumentos que Fantl e McGrath empreendem. De acordo com os autores, (KJ) combinada com o falibilismo colocaria o purismo em xeque. Ainda que não tenhamos disputado a definição de falibilismo ali envolvida, buscamos a explicação das premissas que os autores lançam mão.

Na última parte dessa dissertação passamos a discussão desse mesmo princípio a partir do simpósio da revista *Philosophy and Phenomenological Research*. Acreditamos que as objeções são respondidas de modo satisfatório, com exceção do *Problema de Neta*. Contudo, tal objeção parece mais enfraquecer a teoria do que propriamente derrubá-la. Ou seja, se Fantl e McGrath introduziram princípios *ad hoc* somente para resolver o problema em questão, isso parece mostrar que outras explicações concorrentes seriam possíveis. Mas, tal conclusão exigiria um trabalho mais extenso a ponto de verificar todos os passos em defesa da infiltração – como, por exemplo, a discussão sobre falibilismo que os autores sustentam ou as conexões da teoria com pressupostos semânticos ou metafísicos.

¹³⁵ No original: “Carelessness in one’s classification scheme can yield the conclusion that intellectualists (those who reject pragmatic encroachment into the nature of knowledge) must claim that knowledge and practice have no interesting relationship to each other at all. Such is not the case, however. A version of intellectualism (...) might claim that knowledge matters, is important, and has value in part because it is the sort of thing one can legitimately rely on in practical affairs.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDI, R. “Deductive Closure, Defeasibility, and Skepticism: A Reply to Feldman” *Philosophical Quarterly*, V. 45, n. 181, 1995, p. 494-499.

ALSTON, W.P. “Concepts of Epistemic Justification”. In: MOSER, P.K.; NAT, A. (Eds). *Human Knowledge: Classical and Contemporary Approaches*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 359-380.

BACH, K. “Applying Pragmatics to Epistemology” *Philosophical Issues* 18, 2008. p. 68-88.

BROWN, J. “Subject-Sensitive Invariantism and the Knowledge Norm for Practical Reasoning”. *Nous*, v 42, 2008. P.167-189.

BROWN, J.; GERKEN, M. “Introduction – Knowledge Ascriptions: Their Semantics, Cognitive Bases, and Social Functions” In: BROWN, J.; GERKEN, M. (orgs) *Knowledge Ascriptions*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1-31.

BRUECKNER, A. “The Structure of the Skeptical Argument” In: *Essays on Skepticism*. New York: Oxford University Press, 2010. P. 319-326.

CHISHOLM, R. M. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. “The Problem of the Criterion” In: HUEMER, M. (Ed) *Epistemology: Contemporary Readings*. Londres e New York: 2002. P. 590 – 601.

COHEN, S. “Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons.” In: TOMBERLIN, J. (Ed) *Philosophical Perspectives*. Cambridge: Blackwell, 1999. p. 57-89.

_____. “Contextualism and Skepticism”, *Philosophical issues*, 10, 2000. p. 94 - 107.

_____. “Does Practical Rationality Constrain Epistemic Rationality?” *Philosophy and Phenomenological Research*, v 85, n2, 2012, p. 447-455.

COMENSAÑA, J. “Epistemic Pragmatism: An Argument Against Moderation.” *Midwest Epistemology Workshop*. University of Nebraska-Lincoln. <http://www.wcas.northwestern.edu/epistemology/mew/mew2/papers/comesana.pdf>, 2010. Acesso em 23 de novembro de 2012.

CONEE, E; FELDMAN, R. *Evidentialism: essays in epistemology*. Oxford: Clarendon Press, 2004.

DAVID, M. “Truth as the Epistemic Goal”. In: STEUP, M. (ed). *Knowledge, Truth and Duty. Essays on Epistemic Justification, Responsibility and Virtue*. Oxford: Oxford University Press, 2001. P. 151-169.

DE ALMEIDA, C. “Epistemic closure, skepticism and defeasibility” *Synthese*, v. 188, n. 2, 2012. P. 197–215

DeROSE, K. "Contextualism and Knowledge Attributions." *Philosophy and Phenomenological Research*, 52, 1992. p. 913–929.

_____. "The Problem with Subject-Sensitive Invariantism" *Philosophy and Phenomenological Research* Volume 68, Issue 2, Março 2004. P 346–350

DRETSKE, F. "Epistemic Operators" *Journal of Philosophy*, 67, 1970. P. 1007–1023.

_____. "Two Conceptions of Knowledge: Rational vs Reliable Belief" In: DRESTKE, F. *Perception, Knowledge and Belief: selected essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. P. 80-93.

_____. "The Pragmatic Dimension of Knowledge" In: HUEMER, M. (Ed) *Epistemology: Contemporary Readings*. Londres e New York: 2002. P. 539-551.

DESCARTES, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. São Paulo: UNICAMP, 1999.

ENGEL, P. "Pragmatic Encroachment and Epistemic Value." In: HADDOCK, A.; MILLAR, A.; PRITCHARD, D. (Eds.) *Epistemic Value*. Oxford: Oxford University Press, 2009. pp. 183-203.

FANTL, J; McGRATH, M. "Evidence, Pragmatics, and Justification." *The Philosophical Review*, 111, 2002, p. 67–94.

_____. "On Pragmatic Encroachment in Epistemology." *Philosophy and Phenomenological Research* 75, 2007, P. 558–589.

_____. *Knowledge in an uncertain world*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. "Pragmatic Encroachment". In: BERNECKER, S.; PRITCHARD, D. (Eds). *The Routledge Companion to Epistemology*. New York: Routledge, 2011. p. 558-568.

_____. "Pragmatic Encroachment: It's not just about knowledge". *Episteme*, V.9, Issue01, Março 2012a, pp 27 – 42

_____. "Précis of Knowledge in an Uncertain World" *Philosophy and Phenomenological Research*, v 85, n2, 2012b, p. 441-446

_____. "Replies to Cohen, Neta and Reed" *Philosophy and Phenomenological Research*, v 85, n2, 2012c, p. 473-490.

_____. "Arguing for Shifty Epistemology" In: BROWN, J.; GERKEN, M. (orgs) *Knowledge Ascriptions*. Oxford: Oxford University Press, 2012d. p. 55-74.

FELDMAN, R. "In Defense of Closure". *The Philosophical Quarterly*, V. 45, n. 181, 1995, p. 487-494.

_____. *Epistemology*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.

GOLDMAN, A. "Why social epistemology is real epistemology". In: HADDOCK, A; MILLAR, A; PRITCHARD, D. (Eds.). *Social Epistemology*. Oxford. Oxford UP, 2010. p. 1-28

HAWTHORNE, J. *Knowledge and lotteries*. Oxford: Clarendon, 2004.

_____. "The Case for Closure". In: STEUP, M; SOSA, E. (Eds.). *Contemporary Debates in Epistemology*. Malden: Blackwell, 2005. p. 26-43.

HAWTHORNE, J; STANLEY, J. "Knowledge and Action." *Journal of Philosophy* 105, 2008, P. 571–590.

HUGGETT, N. "Zeno's Paradoxes". In: ZALTA, E.N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2010. <http://plato.stanford.edu/archives/win2010/entries/paradox-zeno/> Acesso em 23 de novembro de 2012.

KVANVIG, J. "Pragmatic Aspects of Knowledge?". *Blog Certain Doubts*. <http://certaindoubts.com/?p=13>, 2004. Acesso: 3 de novembro de 2012 19:01:00

_____. "Against Pragmatic Encroachment," *Logos & Episteme: An International Journal of Epistemology*, volume 2, issue 1, 2011. p. 77-85

LACKEY, J. "Norms of Assertion" *Noûs*, volume 41, 2007, p. 594-626.

LEWIS, D. "Elusive Knowledge" *Australasian Journal of Philosophy*, 74, 1996, p. 549-576.

LUDLOW, P. "Contextualism and the New Linguistic Turn in Epistemology" In: PREYER, G.; PETER, G. (Eds). *Contextualism in philosophy: knowledge, meaning, and truth*. New York: Clarendon Press, 2005. P. 11-50.

MacFARLANE, J. "The Assessment Sensitivity of Knowledge Attributions" In: SZABÓ, T; HAWTHORNE, J. *Oxford Studies in Epistemology* v. 1. Oxford: Oxford University Press, 2005. P. 197-233.

MOSER, P.K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. *A Teoria do conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MULLER, F.M. "A noção deontológica de justificação epistêmica" *Princípios*, v.14, n.22, jul/de 2007, p. 21-41

NAGEL, J. "Knowledge Ascriptions and the Psychological Consequences of Changing Stakes". *Australasian Journal of Philosophy* 86, 2008. p. 279-294.

NETA, R. "Anti-intellectualism and the Knowledge-Action Principle" *Philosophy and Phenomenological Research*, v 75, n1, 2007, p. 180-187.

_____. "The Case Against Purity" *Philosophy and Phenomenological Research*, v 85, n2, 2012, p. 456-464.

NOZIK, R. *Philosophical Explanations*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

OLIN, D. "A case against closure" In DE ALMEIDA, C. (Ed) *Perspectives in contemporary epistemology, a special issue of Veritas*, 50. Porto Alegre: Brasil, 2005. P. 235-247.

OWENS, D. *Reason without Freedom: The Problem of Epistemic Normativity*. Londres: Routledge, 2000.

POLLOCK, J.; CRUZ, J. *Contemporary Theories of Knowledge*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1999.

PUTNAM, H. *Reason, Truth and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

REED, B. "A Defense of Stable Invariantism" *Noûs*, v. 44, issue 2, Junho, 2010, p. 224-244.

_____. "Resisting Encroachment" *Philosophy and Phenomenological Research*, v 85, n2, 2012, p. 465-472.

RODRIGUES, T.V. 'Diferentes Abordagens sobre o Contextualismo Epistemológico'. In: *Ensaio Sobre Epistemologia Contemporânea*. GALLINA, A. L.; SARTORI, C. A (orgs). Ijuí: Unijuí, 2010.

_____. *O Contextualismo na epistemologia contemporânea*. 2011. 125 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

RYSEW, P. "The Context-Sensitivity of Knowledge Attributions" *Noûs*, volume 35, Issue 4, December 2001. P. 477–514

_____. "Epistemic Contextualism" n: ZALTA, E. N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2011a. <http://plato.stanford.edu/entries/contextualism-epistemology/> Acesso em 29 de novembro de 2011.

_____. "Contextualism" In: BERNECKER, S.; PRITCHARD, D. (Eds). *The Routledge Companion to Epistemology*. New York: Routledge, 2011b.

SCHAFFER, J. "The Irrelevance of the Subject: Against Subject-Sensitive Invariantism" *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, vol 127, no 1, Jan 2006, pp. 87-107.

SRIPADA, C.; STANLEY, J. "Empirical tests of interest-relative invariantism" *Episteme*, V.9, Issue01, Março 2012, pp 3 – 26

STANLEY, J. *Knowledge and Practical Interests*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. "Replies to Gilbert Harman, Ram Neta, and Stephen Schiffer" *Philosophy and Phenomenological Research*, v 75, n1, 2007, p. 196-210.

STEUP, M. "Contextualism and Conceptual Disambiguation." *Acta Analytica*, v. 20, 2005. P. 3–15

_____. "Epistemology". In: ZALTA, E. N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2012. <http://plato.stanford.edu/archives/fall2012/entries/epistemology> Acesso em 20 de novembro de 2012.

UNGER, P. *Philosophical Relativity*. Oxford: Oxford University Press, 2002.